

A Política Científica em Portugal: Do Centralismo e Enviesamento das Decisões à Aversão ao Modelo Compreensivo de Fazer Ciência

<https://doi.org/10.21814/uminho.ed.66.2>

Moisés de Lemos Martins

Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade, Instituto de Ciências Sociais, Universidade
do Minho, Braga, Portugal
<https://orcid.org/0000-0003-3072-2904>
moisesm@ics.uminho.pt

Resumo

Este texto interroga a política científica em Portugal, nos últimos 25 anos, um intervalo de tempo que atravessa vários governos constitucionais, uns de centro-direita, outros de centro-esquerda. Faça-o a partir de estudos de caso, que, por um lado, procuram escrutinar os concursos abertos pela Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT) para a atribuição do estatuto de Laboratório Associado e, por outro, centram a atenção nos recorrentes concursos da FCT para “projetos de investigação em todas as áreas científicas”. Vou fazer incidir a minha análise, especificamente, no concurso para Laboratório Associado, aberto pela FCT em 2020 e concluído em 2021. Mas tenho presente processos e decisões tomadas sobre candidaturas da área das ciências sociais e humanas, apresentadas a Laboratório Associado, não apenas no concurso de 2020–2021, mas em idêntico concurso, efetuado entre 2009 e 2011. Por outro lado, nos concursos relativos à avaliação de projetos de investigação, a minha análise cinge-se à área das ciências sociais e humanas e tem como referência concursos em que eu próprio apresentei candidaturas.

Palavras-chave

avaliação científica, concursos Fundação para a Ciência e Tecnologia, línguas de ciência, política científica, projetos científicos

A Fundação Para a Ciência e a Tecnologia e a Política Científica

Em 2011, o Conselho Científico das Ciências Sociais e Humanidades da Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT), presidido por José Mattoso, elaborou um programa sobre a estratégia científica nacional, a aplicar até 2020, tendo em vista o desenvolvimento e a consolidação desta vasta área científica. Esse programa concretizava uma agenda com os seguintes tópicos: internacionalização; pluralismo; pluridisciplinaridade; avaliação; e disseminação do conhecimento (Mattoso et al., 2011). Para o elaborar, este Conselho Científico reuniu-se com os responsáveis das 132 unidades desta área transdisciplinar, o que nunca havia acontecido na história da FCT e não mais voltou a acontecer até à data deste livro.

Relembro algumas das recomendações feitas neste documento do Conselho Científico das Ciências Sociais e Humanidades da FCT. Aceitar o português e o espanhol, a par do inglês, como línguas de publicação. Promover a cooperação científica com os povos da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, com os países da bacia mediterrânica e os países emergentes, com os quais Portugal mantém laços históricos e culturais. Incluir nos indicadores de internacionalização a autoria conjunta de trabalhos científicos por investigadores destes espaços científicos (Mattoso et al., 2011).

Este documento, produzido como plano estratégico para o desenvolvimento e a consolidação das ciências sociais e humanas, tem a data de 7 de julho de 2011. No entanto, em ofício datado de 7 de novembro de 2014, o coordenador da comissão de avaliação do projeto estratégico do Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade (CECS), da Universidade do Minho (UMinho), relativo a 2011 e 2012 (Projeto PEst-OE/COM/UI0736/2011, “Projecto Estratégico - UI 736 - 2011-2012”), João Miguel Marques da Costa, professor da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, da Universidade Nova de Lisboa, entendeu que havia motivo para ser feito um reparo às escolhas estratégicas de cooperação académica determinadas por esta unidade de investigação.

João Miguel Marques da Costa começou por informar a direção do CECS que “os objectivos científicos” previstos no projeto estratégico desta unidade de investigação tinham sido “plenamente atingidos”. Reconhecia que os resultados evidenciavam “grande qualidade científica, nomeadamente ao nível das publicações em revistas internacionais com *referee*”. Além disso, o projeto contribuiria “para a formação de jovens investigadores e para a projecção internacional da equipa envolvida”. Enaltecia, também, o mérito da unidade de investigação na consecução dos seus principais objetivos, “apesar dos significativos cortes orçamentais impostos”. Mas havia um reparo a fazer sobre as escolhas estratégicas de cooperação académica, que o CECS havia feito. Embora esta unidade de investigação tivesse “entre os seus objectivos alargar as redes de pesquisa internacionais”, verificava-se “a existência de redes de colaboração com instituições de investigação especialmente no espaço lusófono e ibero-americano”. E era essa a razão pela qual o coordenador do painel de avaliação do CECS recomendava “a continuação do esforço da equipa em consolidar redes de grande potencial, fora do espaço geolinguístico de proximidade”.

E, todavia, para quem se reclamasse das ciências sociais e humanas, as recomendações feitas, em 2011, pelo Conselho Científico das Ciências Sociais e Humanidades da FCT, parecer-lhe-iam completamente adequadas, porque eram já a prática comum das ciências sociais e humanas em Portugal, e especificamente das ciências da comunicação. Relembro algumas delas: encarar o português e o espanhol, a par do inglês, como línguas de publicação; cooperar academicamente com os países de língua portuguesa e com outros países com os quais Portugal mantinha laços históricos e culturais, como por exemplo, os países ibero-americanos; e considerar como indicadores de internacionalização a autoria conjunta de trabalhos científicos por investigadores destes espaços científicos.

As ciências da comunicação, por exemplo, que em 1997/1998, haviam criado a sua associação nacional, a Associação Portuguesa de Ciências da Comunicação (Sopcom), avançaram, nesses mesmos anos, com os seus parceiros brasileiros, para a constituição da Federação Lusófona de Ciências da Comunicação (Lusocom). Até 2014, realizaram-se os seguintes congressos da Lusocom: na Universidade Lusófona, em Lisboa (1997); na Universidade Federal de Sergipe, em Aracajú (1998); na Universidade do Minho, em Braga (1999); na Universidade Federal de São Paulo, na Baixada de Santos, em São Vicente (2000); na Universidade Eduardo Mondlane, em Maputo (2002); na Universidade da Beira Interior, na Covilhã (2004); na Universidade de Santiago da Compostela, na Galiza (2006); na Universidade Lusófona, em Lisboa (2009); na Universidade Paulista, em São Paulo (2011); na Universidade de Lisboa, no Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas (2012); e na Universidade de Vigo, em Pontevedra (2014).

Por outro lado, haviam-se firmado as relações académicas entre a Sopcom e os parceiros espanhóis de ciências da comunicação. E realizaram-se os seguintes congressos científicos: na Universidade de Málaga (2001); na Universidade da Beira Interior (2004); na Universidade de Sevilha (2006); na Universidade Lusófona, em Lisboa (2009). E como, entretanto, a Sopcom estabelecera com os seus colegas espanhóis, e também com os colegas de toda a América Latina, um plano de cooperação académica conjunta, foi criada, em 2009, a Confederação Ibero-americana das Associações Científicas e Académicas de Comunicação (Confibercom). Realizaram-se os seguintes congressos e simpósios da Confibercom: na Universidade Federal de São Paulo (2011); no Centro Internacional de Estudios Superiores de Comunicación para América Latina, Quito (2012); no Instituto Superior da Maia (2013); na Universidade do Minho (2014). Mas já desde 14 de abril de 2000 que existia a Associação Ibero-americana de Comunicação (Assibercom), que realizava os congressos Ibercom, por todo o espaço ibero-americano.

No entanto, é um facto, a FCT viveu sempre enredada em contradições insanáveis. E, na verdade, não foi com os países lusófonos, nem com os países ibero-americanos, nem com os países da bacia do Mediterrâneo, que o Governo português estabeleceu acordos de cooperação científica. Foi, sim, com universidades americanas. Em outubro 2006 (Resolução do Conselho de Ministros n.º 132/2006, 2006), com José Mariano Gago nas pastas da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, e Manuel Heitor como secretário de Estado das mesmas pastas, o Governo português estabeleceu acordos de cooperação com o Massachusetts Institute of Technology (MIT), a Carnegie Mellon University (CMU) e a University of Texas em Austin (UTA). Esses protocolos deram origem a um conjunto de ações de cooperação científica e tecnológica, que envolveram programas internacionais de investigação e de ensino pós-graduado, que se têm prolongado até aos dias de hoje.

Por outro lado, as sucessivas direções da FCT sempre constituíram painéis de avaliação e conselhos científicos de área de estudos, sem nunca ouvirem as associações científicas do setor. Também não ouviram, por princípio, as unidades de investigação – com exceção dos Laboratórios Associados, um caso à parte no sistema científico nacional, de que me vou ocupar na secção seguinte deste estudo.

No que diz respeito ao modo como a FCT sempre escolheu os investigadores para a constituição dos seus conselhos científicos, é exemplar o que se passou em 2012, com a nomeação dos elementos do Conselho Científico de Ciências Sociais e Humanidades, no XIX Governo Constitucional, presidido por Pedro Passos Coelho e com Nuno Crato nas pastas da Educação e Ciência. Para a presidência deste Conselho começou por ser proposta uma bióloga,

da Universidade de Coimbra (UC), a Professora Eugénia Maria Antunes da Cunha, o que levantou um clamor no país académico. Acabou por ser presidente João Miguel Marques da Costa, professor da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Por outro lado, seis associações científicas manifestaram publicamente o seu desagrado, por não se sentirem representadas pelos investigadores que a FCT escalara para as representar. Relembro as associações em questão: a Associação Portuguesa de História Económica e Social; a Associação Portuguesa de Ciência Política; a Associação Portuguesa de Sociologia; a Associação Portuguesa de Psicologia; a Associação Portuguesa de Antropologia; e a Associação Portuguesa de Geógrafos (Martins, 2021, p. 282).

Foi, pois, exceção que confirmou a regra o programa sobre “a estratégia científica nacional, a aplicar até 2020”, estabelecido em 2011 pelo Conselho Científico de Ciências Sociais e Humanidades da FCT, presidido por José Mattoso. Esse programa havia sido construído com a consulta aos diretores das unidades de investigação, como assinaei. Mas não só a FCT alguma vez se referiu a um tal programa, como também não veio a fazer escola o procedimento de consultar as unidades de investigação, fosse para o que fosse.

Na realidade, a FCT sempre entendeu como necessário “consolidar redes de grande potencial, fora do espaço geolinguístico de proximidade”, como recomendou ao CECS, em 2014, relembremo-lo, João Miguel Marques da Costa, coordenador do painel de avaliação do projeto estratégico desta unidade de investigação. E sendo essa a política da FCT, os painéis de avaliação de projetos que a Fundação escolhe, em que raramente se encontram investigadores de produção científica em línguas latinas, até se acham legitimadas a fazer observações completamente descabidas sobre os projetos submetidos a avaliação.

Insistindo no ano de 2014, dou como exemplo o projeto submetido a concurso com o título *As Ciências da Comunicação em Perspetiva: Análise das Políticas Científicas e Educativas* (PTDC/IVC-COM/4927/2014)¹. Este projeto cingia-se às ciências da comunicação e tinha como objetivo analisar as políticas científicas e educativas em Portugal, dando particular atenção às suas apostas estratégicas, que eram lusófonas e ibero-americanas. Havia a

1 Dada a gravidade do preconceito com que este projeto foi encarado pelo júri de avaliação, passa para segundo plano o facto de esse mesmo projeto haver sido submetido a concurso dois anos antes, em 2012, tendo sido avaliado como “outstanding” (fora de série), mas reprovado para financiamento. As avaliações dos projetos em 2012 contaram com essa originalidade, por parte da Fundação para a Ciência e a Tecnologia. As classificações já não tinham como limite o “excellent” (excelente); nesse ano, houve ainda o “outstanding” e o “excepcional” (excepcional). E houve projetos “outstanding” que foram reprovados para financiamento.

enquadrá-lo o grande impulso que lhe dava, então, a cooperação académica da comunidade portuguesa de ciências da comunicação, pelo facto de a presidência, tanto da Sopcom, como da Confibercom, como ainda da Lusocom, estar centralizada em Portugal. E era precisamente presidente destas associações científicas o investigador coordenador da candidatura *As Ciências da Comunicação em Perspetiva: Análise das Políticas Científicas e Educativas* (PTDC/IVC-COM/4927/2014), que em 2014 foi submetida à FCT.

Mas a candidatura contava, entre os seus investigadores, grandes nomes das ciências da comunicação em Portugal: Cláudia Álvares, então professora da Universidade Lusófona de Lisboa e presidente da European Communication Research and Education Association; Paulo Serra, professor da Universidade da Beira Interior (UBI), e mais tarde, presidente da Sopcom; Gustavo Cardoso, professor do Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL); Madalena Oliveira, professora da UMinho e, hoje, presidente da Sopcom. E, todavia, o painel de avaliação deste projeto de investigação entendia dizer o seguinte:

a dimensão internacional do projeto privilegia a inclusão da América Latina (e antes de mais nada, o Brasil). Os estudos e os investigadores anglófonos são excluídos, mantendo-se apenas a escolha de um consultor anglófono. E todavia, os investigadores anglófonos, particularmente nos EUA e no Reino Unido, são os líderes no campo.²

E aprofundando a crítica, o painel de avaliação carregou nas tintas:

como assinalou um avaliador, que exerceu a função de avaliador da FCT durante vários anos, “tenho comentado frequentemente que existe um desconhecimento profundo dos candidatos relativamente à bibliografia anglófona, quando o que é facto é que ela seria muito relevante para os seus projetos”.³

Nestas circunstâncias, a questão que na realidade tinha sentido formular era a seguinte: que avaliação podiam fazer das ciências sociais e humanas em Portugal painéis de avaliação exclusivamente constituídos por

2 Cito sempre em português, e não no original, em inglês, sendo a tradução da minha responsabilidade.

3 Da longa lista de investigadores que a Fundação para a Ciência e a Tecnologia convidou para integrarem o painel de avaliação das ciências da comunicação, em 2014, faziam parte: Andrew Gregory (University College London, Reino Unido); Farrel Corcoran (Dublin City University, Irlanda); Mark Hellowell (University of Edinburgh, Reino Unido); Roberta Pearson (University of Nottingham, Reino Unido); Sarah L. Bracking (University of Manchester, Reino Unido); e Susan Lee Robertson (University of Bristol, Reino Unido).

investigadores de comunidades científicas completamente alheias ao trabalho científico realizado pelos investigadores portugueses? E, além disso, que ajuda poderia dar, neste contexto, um Conselho Científico de Ciências Sociais e Humanidades que tinha como função aconselhar a presidência da FCT sobre as políticas científicas a que se devia dar andamento, mas que se encontrava preso, de mãos e pés atados? Havendo um problema de origem, o de os seus elementos não serem indicados pelas áreas respetivas, antes objeto de escolha direta pela presidência da FCT, acrescia um outro sério problema, segundo o entendimento de João Ferreira de Almeida. Este professor do ISCTE-IUL representara, desde a primeira hora, as ciências sociais e humanas nos Conselhos Científicos da FCT, criados pelo ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, José Mariano Gago. Representou as ciências sociais e humanas, primeiro no Conselho Consultivo da Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica, instituição que precedeu a FCT. Depois, representou-as no Conselho Científico de Ciências Sociais e Humanidades da FCT. E o sério problema, para o qual João Ferreira de Almeida chamou a atenção, foi o seguinte: “fiquei com uma sensação de inutilidade, porque as recomendações pareciam não servir para nada” (Martins, 2021, p. 282). Foi essa a razão, aliás, que o levou a afastar-se deste Conselho.

Uma Nova Política Científica a Partir de 2016?

Na primeira metade do ano de 2015, Manuel Heitor não tinha responsabilidades na política científica governamental. Publicou, todavia, com Maria Fernanda Rolo, João Sentieiro, Alexandre Quintanilha e Carlos Fiolhais, o *Livro Negro da Avaliação Científica em Portugal - Principais Comunicados, Cartas, Crónicas de Imprensa e Textos Sobre a Perversão e Adulteração do Sistema de Avaliação Científica em Portugal em 2014 e 2015* (Heitor et al., 2015).

Os editores desta obra, que é um repositório de intervenções na imprensa (comunicados, cartas e artigos de opinião, na imprensa nacional e internacional), esclarecem no “Prefácio” ao livro, logo no primeiro parágrafo, o que estava em causa:

a perversão e adulteração do sistema de avaliação científica em Portugal levada a cabo nos últimos quatro anos é documentada neste livro, tendo por base um conjunto dos principais comunicados, cartas, artigos de opinião e crónicas, assim como outros textos publicados na imprensa ou na internet em 2014 e 2015 sobre este tema. (Heitor et al., 2015, p. iii)

Uma vez ministro da Ciência e Tecnologia, no XXI Governo Constitucional, presidido pelo líder socialista António Costa (a tomada de posse deste

executivo ocorreu a 26 de novembro de 2015), Manuel Heitor constituiu, a 5 de janeiro de 2016, um grupo de reflexão para repensar a política científica em Portugal. Poder-se-ia dizer que, desse modo, Manuel Heitor entrava no Ministério da Ciência, da Tecnologia e do Ensino Superior, tendo como primeira preocupação, se não elaborar um “manifesto” sobre a ciência em Portugal, como o havia feito José Mariano Gago, pelo menos estabelecer um plano e um programa de política científica⁴. Precisamente 25 anos antes, em 1990, Mariano Gago havia publicado o seu *Manifesto Para a Ciência em Portugal* (Gago, 1990), embora apenas viesse a ser nomeado para a pasta da Ciência e da Tecnologia no XIII Governo Constitucional, cinco anos mais tarde, em 1995, com António Guterres a Primeiro-Ministro.

Na minha qualidade de diretor do CECS, da UMinho, decidi fazer, formalmente, por escrito, uma interpelação ao ministro, Manuel Heitor, que intitulei: “Repensar a Política Científica em Portugal – Sugestões a Partir da Área das Ciências da Comunicação” (Martins, 2015/2016). Que leitura específica fazia eu das políticas científicas que vinham sendo desenvolvidas pela FCT, não apenas durante o XIX Governo Constitucional (2011–2015), com Pedro Passos Coelho a Primeiro-Ministro e Nuno Crato como ministro da Educação e Ciência, mas desde o começo do século XXI? E, por outro lado, que políticas importava desenvolver?

Comecei por assinalar ao ministro da Ciência e da Tecnologia aquele que me parecia constituir o mais significativo problema da investigação científica em Portugal. As minhas preocupações de investigador de ciências sociais e humanas levavam-me a questionar quem efetivamente determinava os temas prioritários de investigação, assim como os problemas que valia a pena investigar, e ainda, os projetos de investigação que justificavam financiamento. Porque aquilo que me parecia ser de “uma clareza meridiana para a comunidade científica, nacional e internacional” (Martins, 2015/2016, p. 361), era que quem financiava a pesquisa determinava igualmente o que valia a pena ser investigado, assim como os paradigmas teórico-metodológicos

4 Já ministro da Ciência, da Tecnologia e do Ensino Superior, Manuel Heitor deu, a 27 de fevereiro de 2016, uma entrevista a Samuel Silva e a Teresa Firmino (2016), do jornal *Público*, confessando que ia “flexibilizar o emprego científico”. Preocupava-o o facto de os cientistas viverem “de bolsa em bolsa, em situação precária”. Por essa razão, Manuel Heitor pensava poder “vencer, através de contratos laborais mais flexíveis, o problema do emprego científico” (para. 1). Criou, então, logo em 2016, a Norma Transitória – DL 57/2016 - Lei 57/2017, que estabeleceu o regime de contratação de doutorados, a que se seguiram, a partir de 2018/2019, os concursos “estímulo ao emprego científico”, individual, e também institucional. Mas a precariedade dos investigadores não se alterou com estas políticas. Ana Ferreira publicou, já em 2023, um importante estudo sobre a atual precariedade na investigação.

que deviam ser utilizados, em que língua devia ser feita a investigação, que regras deviam ser observadas na sua avaliação e, finalmente, de que região geocultural deviam ser os investigadores que faziam a avaliação⁵.

Manifestei a convicção de que não teria apoio financeiro quem reclamasse, em nome da liberdade de investigação, o assunto a analisar, a língua a utilizar e os paradigmas teórico-metodológicos a seguir. Porque nenhum Estado está hoje interessado noutra coisa que não seja “ciência operatória e instrumental” (Martins, 2015/2016, p. 361). Na era da economia-mundo “não parece haver mais mundo para lá das alianças, das solidariedades e da coesão que se erguem pela força da economia, pelo dinamismo dos mercados, pelos compromissos políticos e pelo cosmopolitismo técnico-científico” (Martins, 2015/2016, p. 361). Na verdade, “é no conceito de excelência”, que “serve os desígnios de uma razão utilitarista, produtivista e mercantilista, de uma ciência todavia sem a complexidade do humano, porque sem memória, sem responsabilidade e sem consciência”, que se esgota a “qualidade que se pede, hoje, à ciência” (p. 361)⁶.

Por outro lado,

ao entregar a avaliação científica a investigadores exclusivamente estrangeiros, e com predominância da área geocultural anglo-saxónica, o que, pelo menos na área das Ciências Sociais e Humanas, acontece à revelia das opções estratégicas de cooperação da comunidade nacional, que privilegia os contextos lusófonos e ibero-americanos⁷, e

5 Todas estas questões têm uma importância decisiva, quando se discute, hoje, a necessária reforma da avaliação da ciência. Veja-se, neste sentido, o estudo ainda recentemente publicado por Ismael Ràfols e Jordi Molas-Gallart (2022), intitulado “How to Reform Research Evaluation in Spain. Institutional Accreditation As a Response to the European Agreement on Research Assessment” (Como Reformar a Avaliação da Investigação em Espanha. A Acreditação Institucional Como Resposta ao Acordo Europeu de Avaliação da Investigação), que em Espanha debate o problema que aqui assinalo.

6 Aprofundei e desenvolvi esta ideia, em estudos que, entretanto, fui publicando. Destaco três desses estudos: “Ciência, Universidade e Política Científica” (Martins, 2021); “Em Defesa da Universidade e em Defesa da Ciência” (Martins, 2020); e “Por uma Ideia de Ciência com Memória e Pensamento” (Martins, 2019). Em boa medida, estes meus textos conjugam-se com o pensamento que atravessa a obra de Martha Nussbaum (2010): *Not for Profit. Why Democracy Needs the Humanities* (Sem Fins Lucrativos. Porque É que a Democracia Precisa das Ciências Humanas).

7 Em 2017, editei a obra *A Internacionalização das Comunidades Lusófonas e Ibero-Americanas de Ciências Sociais e Humanas - O Caso das Ciências da Comunicação* (Martins, 2017b). Por sua vez, Anabela Gradim (2021) publicou *O Espaço Cultural Ibérico na Ciência*. E em 2018, com Paulo Serra e Valeriano Piñeiro-Naval, Anabela Gradim já havia publicado *A Presença da Lusofonia no Espaço Epistémico das Ciências da Comunicação: 10 Anos de Estudos Temáticos* (Gradim et al., 2018).

também ao valorizar, de modo obsessivo, a publicação de artigos em revistas de fator de impacto, como principal critério de avaliação do mérito científico, e ao constituírem conselhos científicos de área, sem qualquer consulta à comunidade académica, o Estado português retira o país do convívio das nações evoluídas. (Martins, 2015/2016, p. 361)

A definição da política científica no que respeita “à língua, aos assuntos a tratar, às equipas de avaliação, aos modelos teóricos a que se subordina” não passava, a meu ver, de uma “atitude submissa” ao modelo hegemónico de produzir ciência, um modelo que “não serve os interesses da comunidade científica”. Exemplo de uma política científica, em meu entender lesiva dos interesses da comunidade científica nacional, foram os acordos de cooperação estabelecidos, em outubro de 2006, entre o Governo português e três instituições norte-americanas, designadamente o MIT, a CMU e a UTA. Esses protocolos deram origem a um conjunto de ações de cooperação científica e tecnológica que envolveram, até ao presente, programas internacionais de investigação e de ensino pós-graduado, pagos pelo Governo português. Referindo-me especificamente às ciências da comunicação, manifestei a minha incompreensão pelo facto de o ministro da Ciência, José Mariano Gago, ter escolhido a Universidade Nova de Lisboa e a Universidade do Porto como parceiros da Universidade do Texas, em Austin, “para projetos de investigação e doutoramentos em comunicação digital e comunicação multimédia” (Martins, 2015/2016, p. 362), quando estas universidades portuguesas não tinham sequer centros de excelência na área, o que não se passava com a UMinho⁸.

Propus, de seguida, um conjunto de “medidas para alterar o rumo” na política científica da FCT (Martins, 2015/2016, pp. 363–364):

- “ouvir a comunidade científica, tanto os centros de excelência, como as associações científicas representativas, por área específica, corrigindo uma ancestral lógica centralista de gestão da ciência”. Essa lógica centralista tinha produzido, por um lado, “uma enraizada prática

⁸ A escolha das universidades portuguesas que iriam cooperar com as universidades americanas foi feita, em 2006, pelo ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, José Mariano Gago, sendo secretário de Estado Manuel Heitor. E era um procedimento que tinha correspondência com outras decisões tomadas no passado. Por exemplo, em 2002, com o Governo em gestão, pelo facto de o Primeiro-Ministro, António Guterres, se ter demitido, Mariano Gago, que nessa altura era o ministro da Ciência e da Tecnologia, convidou, sem concurso, o Centro de Estudos Sociais, da Universidade de Coimbra, para Laboratório Associado.

de opacidade nos procedimentos”, e, por outro, “o empastelamento administrativo das unidades” de investigação⁹;

- “valorizar o conhecimento produzido em língua portuguesa, apoiando, nas Ciências Sociais e Humanas (CSH), o livro e as boas revistas científicas (...) promover nas CSH a cooperação lusófona, apoiando parcerias em projetos e publicações, originários desta área geográfica e cultural”¹⁰;
- “constituir para os concursos (de projetos e de bolsas) painéis de avaliação” que garantissem “a diversidade dos paradigmas” e respeitassem “as tradições disciplinares, e também uma prática científica plural, corrigindo a queda para o paradigma da ciência objetiva e operativa, em exclusivo acordo com unidades de medida”;
- não se substituir aos centros na tarefa de definir e de escolher “os parceiros estratégicos para a internacionalização”;
- de um modo particular, “não discriminar financeiramente os centros de excelência, em favor dos Laboratórios Associados”, cujo envelope financeiro representava, então, dois terços do orçamento global do Estado para a ciência¹¹.

Finalmente, propus para a política científica um conjunto de “novas articulações” (Martins, 2015/2016, pp. 364–365):

- “estudar as identidades nacionais, regionais e locais, assim como as identidades transnacionais – sobretudo as identidades, europeia e

9 Sobre “a política de ciência em Portugal” e o seu crónico “défice de transparência e participação”, Paulo Serra (2020), na qualidade de presidente da Associação Portuguesa de Ciências da Comunicação, escreveu em 2020 um editorial na *newsletter* desta associação científica. A verdade é que, ontem como hoje, os conselhos científicos da Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT) devem ser constituídos por investigadores indicados pelas respetivas áreas, sejam as associações científicas, sejam as unidades de investigação. Um investigador que é escolhido diretamente pela direção da FCT não representa a sua área científica. Mas a história dos conselhos científicos da FCT nunca foi outra: os seus membros foram sempre de escolha direta da presidência da FCT.

10 Como exemplos de revistas lusófonas nas ciências sociais e humanas, assinalo o *Anuário Internacional de Comunicação Lusófona*, fundado no Brasil, em 2003, como revista da Federação Lusófona de Ciências da Comunicação, e de que fui editor na Associação Portuguesa de Ciências da Comunicação e no Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade (CECS), de 2007 a 2011, e também a *Revista Lusófona de Estudos Culturais* (<https://rlec.pt/>), fundada em 2013, pelo CECS, com a Universidade de Aveiro, mas que, desde 2017, se mantém exclusivamente editada pelo CECS. Por sua vez, o LabCom, da Universidade da Beira Interior, juntamente com a Universidade Estadual de Campinas, editam, desde 2016, o *Doc On-line – Revista Digital de Cinema Documentário*.

11 Todas estas citações remetem para o documento sobre política científica, que enviei por carta ao ministro da Ciência, da Tecnologia e do Ensino Superior, Manuel Heitor (Martins, 2015/2016, pp. 363–364).

lusófona”, dada a específica condição da nossa época, a da “globalização sócio-económica”;

- converter em imperativo estratégico “a construção da comunidade de investigação lusófona”, encarando “a língua portuguesa como língua de cultura e, em consequência, reconhecendo-a como língua de conhecimento”;
- associar e articular “a dimensão cultural” com a ideia de “crescimento económico e tecnológico” e as ciências sociais e humanas com a “ideia de desenvolvimento”, encarando-as como parte inteira “no convívio das ciências” e como parte inteira “no desenvolvimento coletivo”¹².

O Estatuto de Laboratório Associado – Lições a Tirar do Concurso da Fundação para a Ciência e a Tecnologia (2020–2021)

O *Communitas* – Laboratório de Comunicação e Sociedade: Culturas, Artes e Territórios constituiu a candidatura a Laboratório Associado em ciências da comunicação, que o CECS, da UMinho, em consórcio com o LabCom, da Universidade da Beira Interior, submeteu ao concurso aberto pela FCT em 2020. O júri classificou a candidatura *Communitas* com o resultado de 70 pontos em 100, tendo ficado à porta das 40 candidaturas aprovadas, mas da parte de fora, porque foi a primeira das candidaturas recusadas. Os critérios em que se fundamentou a avaliação foram os seguintes:

critério A - Capacidade tecnológica para apoiar e promover de forma sustentável respostas a políticas públicas. Critério B - Promoção de carreiras científicas ou técnicas ao nível de doutoramento & Atração de Talentos; Critério C - Projeção internacional & Captação de financiamento diversificado.

E, no entanto, a unidade de investigação liderante da candidatura *Communitas*, o CECS, da UMinho, havia sido classificado como excelente nas três últimas avaliações científicas promovidas pela FCT, em 2007/2008, 2013/2014 e 2018/2019.

12 Estas citações remetem para o documento sobre política científica, que enviei por carta ao ministro Manuel Heitor (Martins, 2015/2016, pp. 364–365). Desenvolvi e aprofundei, no entanto, boa parte das medidas aqui propostas, em textos académicos que produzi, uns anteriores a esta intervenção junto de Manuel Heitor, embora a maior parte em textos posteriores. Assinalo-os: Martins (2003, 2008, 2012, 2013a, 2015a, 2017a, 2019, 2020, 2021).

Embora as verbas envolvidas no concurso para a atribuição do estatuto de Laboratório Associado fossem elevadas, não eram fundamentalmente ganhos financeiros os principais ganhos que aí se jogavam. Poderia até dar-se o caso de não haver verbas envolvidas no concurso, que a atribuição do estatuto de Laboratório Associado a um centro já seria, por si só, um ganho simbólico significativo. O estatuto de Laboratório Associado significa subir de patamar, no contexto da organização científica em Portugal, qualquer que seja o ângulo de enfoque pelo qual a questão possa ser encarada. Mas sobretudo é a estabilidade das condições de funcionamento que sobressai na atribuição do estatuto de Laboratório Associado, em acordo, é verdade, com as melhores condições financeiras, que têm como consequência melhores infraestruturas tecnológicas, e também mais alargados recursos humanos, administrativos e técnicos. Passar a Laboratório Associado é ultrapassar o patamar da excelência, porque, em termos regulamentares, a este concurso concorrem, antes de mais, os centros avaliados como excelentes.

Mas imagine-se o ganho simbólico, e também financeiro, que poderia constituir a concessão do estatuto de Laboratório Associado a um centro classificado como muito bom, ou a um centro que na sua existência nunca tivesse obtido uma classificação de excelência, numa avaliação científica externa, promovida pela FCT. Imagine-se, igualmente, o que poderia significar a concessão do estatuto de Laboratório Associado a um centro com uma história recente, de apenas alguns anos, ou então a um centro que passasse a Laboratório Associado, por mero arranjo momentâneo, numa conjuntura favorável, assim se guindando a um patamar superior, ultrapassando centros de uma vida inteira a ser classificados como excelentes em avaliações científicas externas promovidas pela FCT.

Uma unidade de investigação que seja definida como Laboratório Associado, escolhida, além do mais, diretamente pela FCT, ou então por um júri de investigadores exclusivamente portugueses, torna-se, por regra, Laboratório Associado em termos definitivos. Com efeito, não há memória de alguma vez um Laboratório Associado ter perdido esse estatuto, quaisquer que tenham sido desse Laboratório as avaliações científicas externas, promovidas pela FCT. E o concurso aberto pela FCT para Laboratório Associado, em 2020, apenas veio confirmar a regra. Foram aprovados 40 Laboratórios Associados. Mas entre eles, estavam os 26 Laboratórios Associados existentes, que viram o seu estatuto renovado.

Para melhor se compreender o alcance das avaliações feitas pela FCT, apresento como exemplo o estudo bibliométrico, encomendado pela FCT à Universidade de Leiden, em 2013, para avaliação da atividade científica dos centros de investigação do país, financiados por esta instituição (centros

avaliados cientificamente, em 2008, como “good” (bom), “very good” (muito bom) e “excellent” (excelente). Este estudo bibliométrico teve como principal critério de avaliação a publicação de artigos em revistas que integram o Institute of Scientific Information (ISI), que constitui uma lista de publicações reconhecida pelo Academic Ranking of World Universities, em três anos, entre 2008 e 2010 (nalguns casos contou-se também com o ano de 2011)¹³.

Tive em atenção os principais parâmetros de avaliação utilizados neste estudo, sendo os artigos ISI ponderados, por outro lado, em correspondência com os ETI, considerados por unidade de investigação. No mapa que de seguida apresento, está o resultado do estudo bibliométrico. Coloco o CECS/UMinho no contexto de todos os centros de excelência de ciências sociais do país. Destaco, todavia, esta unidade de investigação, colocando-a em relação com três dos melhores centros de ciências sociais e humanas portuguesas, o Centro de Estudos Sociais (CES), da UC, o Instituto de Ciências Sociais (ICS), da Universidade de Lisboa, e o Centro de Investigação e Estudos de Sociologia (CIES), do ISCTE-IUL. Os dois primeiros eram já em 2013 Laboratórios Associados. A referência em ETI será o que hoje consideramos professores e investigadores a tempo integral, podendo nós apurar desse modo o tamanho de cada centro. E é de 19 ETI para o CECS/UMinho; 65,6 ETI para o CIES do ISCTE-IUL; 85,67 ETI para o CES da UC; e 73,80 ETI para o ICS da Universidade de Lisboa.

Foram assinalados ao CECS, da UMinho, 16 artigos ISI, com 113 citações, à média de 7,07 citações por artigo, numa pontuação total de 32,73 pontos e um *mean field normalized citation score* (pontuação de citações normalizada por área) de 2,05. Ao ICS, da Universidade de Lisboa, foram contabilizados 66 artigos ISI, com 154 citações, à média de 2,33 citações por artigo, numa pontuação total de 67,41 pontos e um *mean field normalized citation score* de 1,02. Por sua vez, ao CES, da UC, foram assinalados 24 artigos ISI, com 52 citações, à média de 2,17 citações por artigo, numa pontuação total de 16,07 pontos e um *mean field normalized citation score* de 0,67. Quanto ao CIES, do ISCTE-IUL, da Universidade de Lisboa, os valores apresentados foram os seguintes: 17 artigos ISI, com 22 citações, à média de 1,19 citações por artigo, uma pontuação total de 65,61 pontos e um *mean field normalized citation score* de 0,59 (Tabela 1).

13 Um académico, e sobretudo um académico de ciências sociais e humanas, não pode aceitar a voragem que se apoderou da ciência no sentido do “fator de impacto”. A essa quantofrenia é hoje possível, cada vez mais, opor-lhe o conhecimento de acesso aberto. Tenho apresentado as minhas reservas à ciência do “fator de impacto” em várias publicações, a última das quais de 2020: “Em Defesa da Universidade e em Defesa da Ciência” (Martins, 2020). Exemplar em defesa do conhecimento de acesso aberto foi a medida tomada pela Universidade de Utreque, nos Países Baixos, a qual, desde janeiro de 2022, deixou de utilizar as métricas de “fator de impacto”, tanto no recrutamento para a carreira de professor universitário, como nos concursos para a sua progressão (Woolston, 2021).

Tabela 1 O Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade entre os centros de ciências sociais de excelência do país, em 2013.

Unidades de investigação	Emprego a tempo integral	Número de artigos	Número de citações	Média de artigos/citações	Pontuação total	Mean field normalized citation score ^a
Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade – Universidade do Minho (UMinho)	19,00	16	113	7,06	32,73	2,05
Instituto de Ciências Sociais – Universidade de Lisboa (UL)	73,80	66	154	2,33	67,41	1,02
Centro de Estudos Sociais – Universidade de Coimbra (UC)	85,67	24	52	2,17	16,07	0,67
Centro de Investigação e Estudos de Sociologia – Instituto Universitário de Lisboa	65,61	17	22	1,29	65,61	0,59
Centro de Investigação em Antropologia e Saúde – UC	15,67	41	177	4,32	36,16	0,88
Centro de Investigação em Sociologia Económica e das Organizações – Instituto Superior de Economia e Gestão	32,00	7	1	0,14	0,45	0,06
Centro de Estudos sobre a Mudança Socioeconómica e o Território – Instituto Universitário de Lisboa	27,58	15	39	2,60	10,62	0,71
Centro de Estudos Geográficos – UL	46,67	44	149	3,39	30,02	0,68
Centro de Linguística – UL	51,50	4	3	0,75	2,01	0,50
Centro de Investigação de Políticas do Ensino Superior – Universidade do Porto	14,00	12	19	1,58	6,77	0,56
Centro de Investigação em Didática e Tecnologia – Universidade de Aveiro	46,63	15	22	1,47	6,56	0,44
Centro de Administração e Políticas Públicas – Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas	54,87	3	2	0,67	0,51	0,17
Núcleo de Estudos em Administração e Políticas Públicas – UMinho	7,67	6	28	4,67	8,39	1,40
Núcleo de Investigação em Ciência Política e Relações Internacionais – UMinho	19,33	4	3	0,75	1,59	0,40
Núcleo de Investigação em Políticas Económicas – UMinho	24,33	47	117	2,49	33,91	0,72
Centro de Estudos e Formação Avançada em Gestão e Economia – Universidade de Evora	40,00	63	104	1,65	33,30	0,53
Centro de Matemática Aplicada à Previsão e Decisão Económica – Instituto Superior de Economia e Gestão	31,00	56	269	4,8	62,47	1,12
Unidade de Investigação Ciências Económicas e Empresariais – Universidade Católica Portuguesa	35,33	46	229	6,35	81,57	1,77
INOVA-Economia – Universidade Nova de Lisboa	61,00	140	400	3,36	128,15	0,92

^a Pontuação de citações normalizada por área; “um valor acima de um indica que o impacto médio da unidade está acima da média mundial, enquanto que um valor abaixo de um indica o contrário”.

Tendo em conta os três critérios já referidos (“Critério A - Capacidade tecnológica para apoiar e promover de forma sustentável respostas a políticas públicas; Critério B - Promoção de carreiras científicas ou técnicas ao nível de doutoramento & Atração de Talentos; e Critério C - Projeção internacional & Captação de financiamento diversificado”), o CES/UC viu ser-lhe renovado o estatuto de Laboratório Associado em 2021, estando colocado à cabeça das unidades de ciências sociais e humanas, e bem na parte cimeira da tabela dos Laboratórios Associados, com 90 pontos e as classificações parciais de 5, 4, 5, enquanto o CECS apenas obteve 70 pontos, com as classificações parciais de 4, 3, 4.

As candidaturas a Laboratório Associado de 2020/2021 foram avaliadas com critérios que nada tinham a ver com o mérito científico das unidades de investigação que se candidataram ao concurso. Remetiam, antes, para condições externas às próprias unidades de investigação, no caso o apoio financeiro continuado da FCT a essas instituições, que ao longo dos anos não apenas favoreceu o crescimento das suas infraestruturas tecnológicas, como favoreceu igualmente o crescimento dos seus recursos humanos, administrativos e técnicos, e ainda a possibilidade de contratarem investigadores, por precária que fosse a sua situação profissional.

Uma das observações feitas pelo júri à candidatura *Communitas* foi a de que essa candidatura apenas tinha referido “dois projetos com mais de um milhão de euros”, sendo, além disso, “modestas as verbas europeias” que os dois centros envolvidos na candidatura tinham captado. Uma pergunta, todavia: de que realidade falava o júri do concurso? A única diferença verdadeiramente assinalável entre unidades de investigação de ciências sociais e humanas, que eram Laboratórios Associados, e as unidades que davam corpo à candidatura *Communitas* era os apoios financeiros do Estado serem incomparavelmente maiores, ao longo dos anos, relativamente às unidades de investigação que apresentavam a candidatura *Communitas*¹⁴.

14 Deu-se também o caso de o júri de avaliação da candidatura *Communitas* não ter sido o mais adequado para avaliar uma candidatura com uma centralidade de ciências da comunicação. A candidatura *Communitas* teve que prestar provas orais diante de dois investigadores, um de geografia, João Ferrão, do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, e o outro de economia, João Ferreira do Amaral, do Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade de Lisboa. Por certo, investigadores de ciências da comunicação, ou então investigadores de sociologia, faziam mais sentido no contexto. Mas, além disso e sobretudo, dois professores de dois institutos da Universidade de Lisboa não eram os mais indicados para avaliar unidades de investigação em que o Centro de Investigação e Estudos de Sociologia, uma unidade de investigação de um terceiro Instituto da Universidade de Lisboa, estivesse a concurso e competisse diretamente com centros de outras universidades – no caso o Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade, da Universidade do Minho e o LabCom, da Universidade da Beira Interior.

Dou um exemplo que enquadra melhor esta questão, comparando o CECS/UMinho e o CES/UC. Com 180 investigadores integrados, em 2020/2021, o CES (UC) contava com 17 técnicos. E o CECS (UMinho), com 90 investigadores integrados, contava com apenas quatro. E, todavia, há muito tempo que era possível comparar os dois centros no que respeitava à sua produção científica, à sua intervenção na comunidade local, regional, nacional e internacional, assim como aos seus índices de internacionalização.

Vou cingir-me apenas à produção científica, relembrando os resultados do estudo bibliométrico sobre a investigação das unidades de investigação em Portugal, encomendado em 2013 pela FCT à Universidade de Leiden, e que é, aliás, o único do género que a FCT alguma vez encomendou a esta Universidade. O estudo tinha em vista a avaliação das indexações das unidades de investigação na Web of Science. Já o assinalai e está especificado no mapa atrás apresentado. Nas indexações à Web of Science, o CECS/UMinho obteve 32,73 pontos, precisamente o dobro do CES/UC, que conseguiu 16,07. Além disso, o CECS/UMinho obteve uma pontuação média de citação normalizada de 2,05, não tendo o CES/UC ido além de 0,67.

Assinalo, por outro lado, um outro estudo, encomendado pela FCT à Elsevier, para a obtenção das indexações nas revistas Scopus. De acordo com os resultados desse estudo, o CECS/UMinho obteve um impacto de citação ponderado de campo de 1,211, quando o CES/UC se ficou por 0,763.

Também se pode dizer, por outro lado, que os critérios da FCT no concurso de 2020/2021 para Laboratório Associado favoreceram, em muitos casos, as redes abrangentes de centros, que atravessam o país, de lés a lés, por vezes sem terem sequer tradição de cooperação académica, o que permitiu reunir massas gigantescas de investigadores, que se contavam, muitas vezes, pelas centenas, e fazer, do mesmo passo, a demonstração de uma impressionante capacidade tecnológica, e de uma não menos notável capacidade para captação de verbas próprias. Mas é dificilmente entendível que centros com uma massa gigantesca de investigadores, que se contavam pelas centenas, de investigadores que nunca trabalharam juntos, de instituições com culturas e práticas académicas muito distintas, venham a constituir, agora, uma rede coesa e desenvolvam sinergias conjuntas, que lhes permitam desenvolver trabalho científico, associativo e cooperativo.

O concurso de 2020/2021 para a atribuição do estatuto de Laboratório Associado apenas acolheu candidaturas de centros avaliados cientificamente como excelentes, e também como muito bons. Mas, a partir daí,

fez-se uma completa tábua rasa, tanto do mérito científico, relativo a cada centro que se candidatou, como da sua história, curta nuns casos, longa noutros, e também dos apoios financeiros com que puderam contar, nalguns casos apoios financeiros elevados, por parte da FCT, concedidos ao longo de dezenas de anos.

Olhando a classificação das candidaturas, pode dizer-se, antes de mais, que neste concurso a antiguidade foi um posto, ou seja, os Laboratórios Associados já constituídos, por vezes há mais de duas décadas, foram classificados como extraordinários, quaisquer que tenham sido as suas avaliações científicas, promovidas pela FCT. Não se entende como não foi considerada a história dos centros – uma história que, longa ou curta, é sempre de maior ou de menor mérito científico. E, depois, quando se tratava de uma rede de centros, também deveria ser feita a demonstração de práticas efetivas de cooperação conjunta. Nunca uma decisão sobre uma candidatura a Laboratório Associado se deveria limitar, por um lado, a confirmar decisões que, uma vez tomadas, fossem definitivas, nem a homologar estratégias, por vezes de circunstância, formuladas à pressa e à última hora, estratégias que, afinal, se limitavam a exibir uma gigantesca panóplia de recursos, humanos, tecnológicos e logísticos.

E também se deveria premiar os centros que se afirmassem numa área científica, onde era totalmente extraordinário que o pudessem fazer. Retomo o exemplo das ciências da comunicação. A comunicação é uma atividade cosmopolita, mais do que qualquer outra. E é a linguagem do nosso tempo – é, por exemplo, a linguagem dos média digitais, das redes sócio-técnicas e da comunicação estratégica. Estão em Lisboa e no Porto as principais empresas de comunicação: canais de televisão, emissoras de rádio, revistas e jornais, agências de publicidade, empresas editoriais e de produção de conteúdos audiovisuais e multimédia. E, todavia, é em Braga e na Covilhã que se encontram dois dos principais centros de investigação do país em ciências da comunicação.

Neste contexto, é surpreendente que o júri tenha feito o reparo à candidatura *Communitas* de que ela se encontrava ainda “no primeiro patamar da contratação de investigadores” (Critério B do concurso), razão pela qual lhe dava nesse critério a classificação de 3 pontos em 5. Mas, em Portugal, que unidades de investigação em ciências sociais e humanas, com os recursos que lhes tinham sido atribuídos pelo Estado, apresentavam melhor desempenho que a instituição liderante do *Communitas*, o CECS, que era, além disso, a principal unidade de investigação do país nas ciências da

comunicação? Aquando da candidatura, este centro de investigação tinha 12 investigadores contratados, todos a termo certo, ou seja, precário, em 90 investigadores integrados. Tinha, ainda, concursos a decorrer para a contratação de cinco investigadores auxiliares, também a termo certo. O plano apresentado na candidatura *Communitas* previa, todavia, a contratação de 20 investigadores permanentes, no prazo de cinco anos, ou seja, com o compromisso de, ao fim desse tempo, assegurar o pagamento dos seus salários. Se o plano da candidatura *Communitas* tivesse sido validado, tendo em conta o número atual dos seus investigadores integrados, poderia contar com cerca de 40% de investigadores contratados em 2026. De referir, por outro lado, que a política governamental de “estímulo ao emprego científico”, tanto individual, como institucional, era uma política que também ela dava os primeiros passos, embora possamos dizer, hoje, que, em termos estruturais, os concursos “estímulo ao emprego científico” não constituíram uma solução de combate à precariedade¹⁵.

O painel de avaliação reconheceu, todavia, que a candidatura *Communitas* tinha “uma forte orientação para políticas públicas” e uma “excelente posição para poder alavancar a sua pesquisa para benefício público”. Mas foi surpreendente que tenha desvalorizado o historial das unidades de investigação, e em particular a sua cooperação científica e dimensão internacional. A instituição líder do *Communitas*, o CECS/UMinho, é o líder reconhecido da sua área, há cerca de duas décadas, incluindo o facto de dois dos seus membros terem presidido à *Sopcom*, durante mais de uma dúzia de anos. Os seus membros ocuparam cargos de liderança em organizações científicas internacionais, como a *European Communication Research and Education Association*, a *International Association for Media and Communication Research (IAMCR)*, a *Lusocom*, a *Confibercom* e a *Assibercom*. O CECS tinha organizado, em 2006, o congresso sobre “a comunicação social e os portugueses no mundo”, em colaboração com a Associação Rosa Azul e a Câmara Municipal de Baião, com uma participação significativa de representantes de média e de revistas ligados à emigração, tanto na Europa, como em países lusófonos; em 2009, o Congresso Lusófono de Ciências da Comunicação (*Lusocom*); em 2010, o Congresso Mundial de Comunicação (*IAMCR*) e, em 2014, o Congresso Ibero-Americano de Comunicação (*Confibercom*). Além disso, o CECS criou, em 2017, o Museu Virtual da Lusofonia¹⁶, o qual, uma

15 As políticas do emprego científico, entre vários outros desastres da política científica de Manuel Heitor, levaram Carlos Fiolhais (2019) a escrever, a 7 de março de 2019, no jornal *Público*, um texto de opinião em que manifestava a sua completa deceção com “um ministério falhado”. E explicava: “Manuel Heitor pode conhecer a sua área, mas – apesar de muita gente como eu ter confiado nele – falhou como ministro” (para. 1).

16 <https://www.museuvirtualdalusofonia.com/>

vez instalado no Google Arts & Culture, em 2020, passou a ter uma projeção global. E num tempo em que a produção científica foi capturada por estratégias utilitaristas, produtivistas e mercantilistas, todavia sem a complexidade do humano, porque sem memória, sem responsabilidade e sem consciência (Martins, 2019, 2020), é de assinalar a aposta, tanto do CECS/UMinho, como do LabCom/UBI, no acesso aberto do conhecimento. Em agosto de 2021, o CECS tinha mais de 3.700 produções académicas (entre livros, artigos de revistas e capítulos de livros) no Repositório de conhecimento aberto na Universidade do Minho, tendo esses textos, de acordo com as estatísticas da infraestrutura à data, dado origem a cerca de 1.500.000 downloads¹⁷.

Mas para ilustrar melhor o meu ponto de vista, apresento ainda o caso paradigmático do CIES, do ISCTE/IUL e do seu Laboratório de políticas públicas, porque neste exemplo faço a síntese de todas as considerações que formulei, a propósito da avaliação feita pela FCT às candidaturas a Laboratório Associado.

O ICSTE-IUL, através do seu CIES, apresentou em 2020/2021 uma candidatura a Laboratório Associado, o SocioDigitalLab, que é um Laboratório de políticas públicas. O SocioDigitalLab foi classificado com 80 pontos em 100, mais 10 que a candidatura Communitas, que não passou de 70 pontos, como já assinalai. Mas na avaliação científica das unidades de investigação, promovida pela FCT em 2018/2019, o CIES/ISCTE-IUL, com 118 investigadores integrados, foi avaliado como “muito bom”, tendo obtido, em cada um dos três critérios da avaliação (produção científica, qualidade da equipa e visão de futuro relativa ao seu projeto científico), as classificações parciais de 4, em 5. Teve, todavia, um financiamento global (financiamento base, somado ao financiamento programático) de 2.098.000,00 €.

Por sua vez, o CECS/UMinho, na avaliação científica externa, promovida pela FCT em 2018/2019, então com 68 investigadores integrados, mas com 110 em 2021, foi avaliado como “excelente”, tendo obtido, nos três critérios da avaliação, as classificações máximas de 5, em 5. Teve um financiamento global (financiamento base somado ao financiamento programático) de 2.095.000,00 €. Por outro lado, é ainda de assinalar que em 2021 e 2022 o Global Ranking of Academic Subjects do Academic Ranking of World Universities, também conhecido como Ranking de Xangai, colocou as ciências da comunicação da Universidade do Minho entre as 500 melhores do mundo. Colocou-o no intervalo de 201 a 300, com 18 pontos, em 2021

17 A 27 de janeiro de 2023, o Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade tinha depositado no RepositóriUM (s.d.) da Universidade do Minho 4.166 documentos, a que correspondiam 1.660.123 downloads.

(Shanghai Ranking, 2021), e com 18,1 pontos, em 2022 (Shanghai Ranking, 2022). Por sua vez, o ISCTE-IUL, que em 2021 figurava no ranking de Xangai na área específica das ciências da comunicação, deixou de aí figurar em 2022.

Este processo, relativo ao concurso para a atribuição do estatuto de Laboratório Associado, não é dissociável do processo ocorrido uma década antes, com o mesmo objetivo. Foi o próprio José Mariano Gago, então, ministro da Ciência, da Tecnologia e do Ensino Superior, quem fez publicar, em março de 2011, o despacho que atribuiu ao CIES/ISCTE-IUL o estatuto de Laboratório Associado. E dois meses depois, em maio, o presidente da FCT, João Sentieiro, notificou o ISCTE-IUL dessa decisão¹⁸.

Pois bem, o CIES/ICTE-IUL, que obteve o estatuto de Laboratório Associado em 2011, com José Mariano Gago, ministro da Ciência, da Tecnologia e do Ensino Superior, e Manuel Heitor, secretário de Estado das mesmas pastas, mas sem consequências práticas, porque a decisão foi anulada pelo XIX Governo Constitucional, liderado por Pedro Passos Coelho, chegou a Laboratório Associado em 2021. E assim, nas ciências sociais e humanas, passou a existir, em Lisboa, um segundo Laboratório Associado de sociologia, na porta ao lado do ICS, da Universidade de Lisboa. E aos dois Laboratórios Associados existentes em Lisboa, com uma centralidade de sociologia, junta-se o CES, da UC, com igual centralidade científica.

Aconteceu, no entanto, que em 2009 o CECS/UMinho, já então classificado como “excelente”, juntamente com o Laboratório de Comunicação e Conteúdos Online (LabCom/UBI), então classificado como “muito bom”, fizeram uma candidatura a Laboratório Associado. Era uma candidatura a Laboratório Associado em ciências sociais e humanas, com uma centralidade nas ciências da comunicação – a ser aprovado, constituiria o único Laboratório Associado do país, que resultava de um consórcio entre centros de investigação desta área científica, que à época eram os melhores, de acordo com as avaliações científicas promovidas pela FCT, em 2003 e em 2007/2008.

Embora já em gestão corrente, pelo facto de o Governo socialista de José Sócrates se ter demitido, o mesmo presidente da FCT, João Sentieiro, que

18 O *Relatório de Atividades*, elaborado pelo Centro de Investigação e Estudos de Sociologia (2011) em 2011, dá conta dessas decisões, nestes termos: “desde 2009, o CIES-IUL tem vindo a desenvolver esforços no sentido de lhe ser atribuído o estatuto de Laboratório Associado no domínio da ‘Sociologia e Políticas Públicas’, tendo para isso apresentado uma candidatura à FCT. A atribuição desse estatuto foi recomendada na última avaliação externa do centro feita em 2007 pela FCT, bem como pela Comissão de Aconselhamento Científico. Em Maio de 2011, o centro recebeu um ofício do Presidente da FCT a informar que, na sequência de um despacho do Ministro da tutela favorável à atribuição ao CIES-IUL do estatuto de Laboratório Associado, seriam desenvolvidos contactos tendo em vista a assinatura do respetivo contrato entre o CIES-IUL e a FCT” (p. III).

em maio de 2011 notificou o CIES/ISCTE-IUL, fazendo-lhe saber que lhe era atribuído o estatuto de Laboratório Associado de “sociologia e políticas públicas”¹⁹, deu a conhecer à Direção do CECS/UMinho que era “arquivada provisoriamente” a candidatura a Laboratório Associado em Ciências da Comunicação, que este centro havia apresentado com o LabCom (UBI). O Presidente da FCT invocou como fundamento da decisão o Decreto Lei n.º 125/99 (1999), que avalia, assinalou, “a capacidade das instituições em causa para cooperar, de forma estável, competente e eficaz, na prossecução de objectivos específicos da política científica e tecnológica do Governo”. E era entendimento da FCT que na candidatura apresentada pelas ciências da comunicação não era possível “identificar o seu carácter distintivo”, enquanto “entidade cuja atividade se reporte à prossecução de políticas específicas” (Martins, 2021, p. 283).

O Concurso de 2009 Para Laboratório Associado, a Política Científica e Tecnológica da Fundação para a Ciência e a Tecnologia, o Centro de Estudos de Ciências e Comunicação/Universidade do Minho e o LabCom/Universidade da Beira Interior

Tendo comunicado, em 2011, a decisão de “arquivamento provisório” da candidatura de ciências da comunicação, no concurso para Laboratório Associado, o presidente da FCT, João Sentieiro, manifestou a disponibilidade desta fundação para recolher “os eventuais esclarecimentos adicionais sobre as contribuições que a instituição [a candidatura das ciências da comunicação] se propõe dar à prossecução de políticas públicas específicas nos termos do estatuto dos Laboratórios Associados”. Por essa razão, foram apresentadas, de imediato, as contribuições efetivas com que o CECS/UMinho e o LabCom/UBI concorriam para a prossecução de políticas públicas específicas na área de ciências da comunicação²⁰.

19 Como assinalai acima, esta decisão não teve efeitos práticos, porque foi anulada pelo XIX Governo Constitucional, que entrou em funções a 21 de junho de 2011.

20 Em nome da candidatura de ciências da comunicação, que vinculava o Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade (Universidade do Minho) e o LabCom (Universidade da Beira Interior), enviei ao presidente da FCT, na qualidade de coordenador da candidatura, um documento em que procurei demonstrar o seu carácter distintivo para o desenvolvimento de uma investigação inovadora no contexto das ciências sociais e humanas, em geral, e das ciências da comunicação, em particular. Era nosso entendimento que o carácter inovador da investigação realizada pelas duas unidades de investigação capacitaria os cidadãos, não apenas para a participação na vida pública, como também para o envolvimento em matérias que diziam respeito a políticas públicas, de que eram exemplo as novas formas de regulação social, centradas, por exemplo, na saúde pública, na igualdade de género, no combate ao racismo e à discriminação social, nos média, e também na educação para os média, e ainda nos desafios a enfrentar relativamente à esfera pública digital.

Em nome da candidatura das ciências da comunicação, comecei por fazer um reparo à FCT. Embora esta Fundação não considerasse como elemento determinante na concessão do estatuto de Laboratório Associado as avaliações científicas das unidades de investigação, era meu entendimento que não poderia ser ignorado o facto de ambos os Centros implicados na proposta a Laboratório Associado terem sido classificados, o CECS como “excelente” e o LabCom como “muito bom”, na avaliação científica externa, patrocinada pela FCT em 2007/2008. Além disso convoquei um outro aspeto relevante. Não existia, ainda, em Portugal, nenhum Laboratório Associado de ciências sociais e humanas com a centralidade nas ciências da comunicação. E as classificações eram a demonstração cabal de um trabalho de mérito dos investigadores associados a estes centros, bem como o reconhecimento do seu dinamismo e da intensa atividade dos grupos de pesquisa por eles constituídos. Estes resultados eram também demonstrativos de um percurso de progressiva internacionalização, que promovia a imagem da comunidade científica nacional à escala mundial, sobretudo no que respeitava à Europa, ao mundo lusófono e à América Latina.

Salientei, a este propósito, o facto de o CECS/UMinho, instituição liderante da candidatura, ter sido, em julho de 2010, a instituição que acolheu e organizou o mais importante congresso internacional de ciências da comunicação, o congresso da IAMCR, que reuniu cerca de 1.300 investigadores de todo o mundo, o que, só por si, era significativo do seu prestígio académico internacional, dado ter realizado o que ainda nenhum outro centro de ciências sociais e humanas do país conseguira realizar, até então – um congresso mundial na sua área específica.

Além disso, assinalo o facto de o CECS e o LabCom serem sócios do Observatório da Comunicação (OberCom), que é uma associação de direito privado, sem fins lucrativos, cujo objetivo central é “a produção e difusão de informação, bem como a realização de estudos e trabalhos de investigação que contribuam para o melhor conhecimento na área da Comunicação” (OberCom, s.d., Art. 3). O OberCom havia sido constituído com o objetivo estratégico de suprir a tradicional dificuldade na recolha e tratamento da informação específica no setor dos Média e da Comunicação. Em 2011, o OberCom contava, entre os seus associados, com a maioria dos grupos nacionais de média, entidades de regulação do setor e institutos e entidades públicas na área da comunicação, além de possuir, igualmente, parcerias com associações das áreas das telecomunicações, e, naturalmente, as parcerias com o CECS/UMinho e o LabCom/UBI.

A relação privilegiada que o CECS e o LabCom mantinham, através do OberCom, sobretudo com o setor empresarial da comunicação social, e que fazia destas empresas um seu parceiro, muito para lá da cooperação ao nível da relação universidade/empresa, poderia ser equacionada pelo Governo como elemento a ter em conta na definição das políticas públicas para o setor. Mas como no ofício enviado ao coordenador da candidatura, o presidente da FCT colocava em causa a capacidade da candidatura das ciências da comunicação para cooperar, “de forma estável, competente e eficaz”, na prossecução de objetivos específicos de política científica e tecnológica do país, passei a fazer a demonstração das competências e capacidades, tanto do CECS, como do LabCom.

As Competências do Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade/Universidade do Minho

O CECS era, em 2011, uma unidade de investigação que se apresentava com uma atividade de pesquisa centrada na aproximação da comunicação à cidadania. Havia sido essa, aliás, a linha condutora dos três últimos grandes congressos que até então organizara: o primeiro, em 2007, de âmbito nacional, sendo o CECS a instituição acolhedora e organizadora do “V Congresso da Associação Portuguesa de Ciências da Comunicação” (Sopcom); o segundo, em 2010, da IAMCR, que reuniu na UMinho mais de 1.300 investigadores de todo o mundo; por último, já em 2011, o “I Congresso Nacional de Literacia, Media e Cidadania”, organizado em parceria com seis entidades nacionais, designadamente, com o Gabinete para os Meios para a Comunicação Social (GMCS), a Entidade Reguladora para a Comunicação Social (ERC), a Agência para a Sociedade do Conhecimento, a Comissão Nacional da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, o Ministério da Educação e o Conselho Nacional de Educação. Deste último encontro havia sido produzido, aliás, um documento intitulado “Declaração de Braga”, cujo texto continha um conjunto de orientações e recomendações, que enquadravam a ação do grupo informal de parceiros e servia de referência a outras instituições que desenvolviam trabalho nesse domínio, podendo ser consultado no site do evento.

Acontecera, também, que o CECS tinha estabelecido várias parcerias que o aproximavam de um conjunto significativo de organismos públicos nacionais. Essa intensa colaboração com institutos estatais tinha motivado, inclusive, a realização de diversos estudos de repercussão pública no domínio da comunicação social. Por essa razão, ganhavam importância, neste âmbito, as parcerias estabelecidas com as entidades, que passo a enunciar.

O CECS/UMinho estabelecera uma parceria com o GMCS, que era um organismo estatal com responsabilidades no quadro do aconselhamento e preparação de políticas públicas na área da Comunicação Social, bem como na sua implementação. Tanto o desenvolvimento destas políticas como a sua execução exigiam uma compreensão profunda da realidade social, nos planos local, regional e nacional. Sem essa compreensão, por certo estas políticas não podiam deixar de estar desfasadas das necessidades das pessoas e desfocadas dos interesses superiores e coletivos das comunidades a que se destinavam.

O GMCS havia contratualizado com o CECS a execução de um projeto de avaliação da política de incentivo à leitura (anteriormente designado como “porte pago”) que incidia num aspeto crítico e profundamente negligenciado do processo político em Portugal: a avaliação das políticas para a comunicação social nas suas distintas fases – desde a conceção até aos seus impactos sociais. Sem esta análise, desenvolvida a partir do olhar dos cidadãos e detalhadamente examinada no quadro dos interesses que legitimamente se moviam em cada rede, as políticas públicas corriam o risco de se construírem na ignorância e, ainda por cima, desencontradas de uma visão instruída e partilhada do bem público. Esta avaliação devia ser, de facto, entendida como uma exigência no quadro de uma democracia transparente e como o ponto de partida para transformações reformadoras.

O CECS/UMinho também estabelecera uma parceria com a ERC. É largamente consensual que os média desempenham um papel relevante na formação de conceitos, imagens e crenças, que os cidadãos usam para interpretar o mundo em que vivem. Contudo, há uma forte controvérsia quanto à melhor abordagem para assegurar as funções positivas do seu desempenho, independentemente da forma como são definidas, e também para reduzir as consequências sociais negativas das ações e omissões dos meios de comunicação. Embora de formas diversas, esperava-se que as entidades reguladoras dos média concorressem para a qualificação dos sistemas mediáticos e, conseqüentemente, contribuíssem para o incremento das responsabilidades sociais dos meios de comunicação, públicos e privados. Uma vez que os média são um pilar fundamental dos regimes democráticos, deviam ser monitorizados e responsabilizados. Nas sociedades democráticas avançadas, os Estados estabeleciam normalmente uma (ou mais) entidade(s) de regulação mediática nacional. E Portugal não deveria ser exceção. Se a regulação dos média era financiada com dinheiros públicos, estas entidades deviam desenvolver um trabalho de alto nível e contribuir, de forma efetiva, para a qualificação global dos sistemas mediáticos.

Tendo a ERC a incumbência de velar pelo cumprimento da lei, no domínio da comunicação social, a transposição da diretiva 2007/65/CE do Parlamento e do Conselho Europeu, de 11 de dezembro, para a ordem jurídica portuguesa trouxe-lhe acrescidas responsabilidades neste âmbito. E, no quadro da metodologia de ação que era seu apanágio, entendeu dotar-se de instrumentos que lhe permitiam ter uma perceção rigorosa e atualizada do estado de coisas que caracterizava o país neste contexto.

No âmbito das suas competências, a ERC solicitara, assim, nos últimos anos (desde 2007) dois projetos de pesquisa ao CECS/UMinho: um sobre programação para a infância nos canais generalistas portugueses (RTP 1; RTP2; SIC e TVI), que visava monitorizar a oferta televisiva para o público infantojuvenil, examinando a sua adequação ao disposto na legislação nacional e europeia. Publicado em livro, este trabalho dotou a ERC de elementos essenciais para o desenvolvimento da sua ação reguladora. O segundo projeto pretendeu analisar a situação da educação para os média em Portugal na última década (desde 2000). Este estudo surgiu na sequência da aprovação, pelo Parlamento e pelo Conselho Europeu, em 2007, da diretiva acima mencionada que obrigava os estados membros a desenvolver atividades de educação para os média, ou literacia mediática, considerando esta dimensão da maior relevância, quer para a participação dos cidadãos quer para a economia, cada vez mais marcada pela lógica do digital.

Estes estudos permitiram não apenas recolher e analisar toda a informação reunida, como criar as bases para um Observatório de Educação para os Média em Portugal. Um tal observatório deveria servir de rede de ligação entre os diferentes atores e projetos neste domínio, que apoiasse a formação e a pesquisa científica e inspirasse o surgimento de novos projetos. Com efeito, tendo em conta a experiência de mais de duas décadas de alguns dos investigadores do CECS/UMinho neste domínio e o trabalho que este centro de investigação vinha desenvolvendo, quer no âmbito da investigação, quer do ensino pós-graduado, e com o particular intuito de inscrever a educação para os média como questão relevante das agendas públicas, foi lançado, na primeira metade de 2009 um desafio ao GMCS e à ERC, no sentido de, em parceria com o CECS/UMinho, procurarem refletir sobre o que seria necessário fazer em Portugal nesta matéria. Este desafio foi assumido e alargado a outras instituições públicas relevantes, tendo-se constituído um Grupo Informal, formado pelas seis entidades acima referidas, que passaram, desde então, a reunir com regularidade. A preocupação principal deste grupo

consistiu em explorar formas de ação que mobilizassem a sociedade e convertessem a educação para os média num vetor das políticas públicas²¹.

Para além destas parcerias institucionais, desenvolvia-se ao mesmo tempo no CECS/UMinho um vasto plano de investigação, financiado sobretudo pela FCT, com repercussões no domínio das políticas públicas na área das ciências da comunicação. Nesse sentido, assinei alguns dos projetos mais significativos deste contributo para as políticas públicas.

- O projeto FCT *A Regulação dos Média em Portugal: O Caso da ERC* (PTDC/CCI-COM/104634/2008). Este projeto visava estudar, de forma aprofundada e contextual, a própria ERC. O principal contributo deste projeto foi compreender o lugar do regulador para a comunicação social em Portugal, no sentido de estimular o seu mais adequado desempenho, de contribuir para a compreensão social dos objetivos da regulação, e – no limite – para colaborar na construção de uma sociedade que considerasse a liberdade de expressão e de imprensa como o mais crítico recurso numa sociedade democrática e que defendesse esse valor, entre outras modalidades, através da regulação pública dos meios de comunicação social.
- O projeto FCT *Género em Foco: Representações Sociais das Revistas de Informação Generalistas* (PTDC/CCI-COM/114182/2009). Este projeto surgiu da constatação da existência de uma lacuna na investigação científica relativamente à análise e compreensão das representações de género, que permeiam os conteúdos e linhas editoriais dos órgãos de comunicação no contexto português. Foi por reconhecer o papel dos média enquanto perpetuadores de assimetrias simbólicas que este projeto se propôs realizar esta análise, procurando alcançar formas de atuação que permitissem quebrar representações enviesadas de homens e mulheres e que pudessem ser consideradas políticas públicas úteis para um espaço público mais justo e igualitário.
- O projeto FCT *Narrativas Identitárias e Memória Social: A (Re) construção da Lusofonia em Contextos Interculturais* (PTDC/CCI-COM/105100/2008). A preocupação com a promoção do diálogo intercultural, bem como com a igualdade entre homens e mulheres e o combate a todas as formas de discriminação e exclusão, incluindo

21 Em resultado destes esforços, foi criado no Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade/ Universidade do Minho, em 2018, o Observatório de Média, Informação e Literacia Mediática (Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade, 2018).

o racismo e a xenofobia, estavam presentes (e assim se mantêm) na agenda europeia. Este projeto pretendeu recuperar as diversas narrativas sobre as relações entre os países lusófonos, com o objetivo de construir um conhecimento sobre o outro mais aprofundado e informado, contribuindo para o desenvolvimento de políticas públicas mais inclusivas.

- O projeto FCT *A Doença em Notícia* (PTDC/CCI-COM/103886/2008). Este projeto constituiu-se como uma pesquisa científica de relevo para a execução de políticas na área da saúde pública. Através da análise da produção noticiosa em saúde, e em particular na doença, num projeto que compreendeu o estudo da atuação das fontes (políticas de comunicação e de assessoria de imprensa), e também o estudo do trabalho dos jornalistas e dos textos noticiosos, procurou-se avaliar a qualidade da informação no setor da saúde em Portugal. Sendo o setor da saúde um dos mais importantes na sociedade contemporânea, procurou-se, na base deste escrutínio, apoiar o desenvolvimento de políticas públicas de comunicação/informação que protegessem os direitos dos cidadãos e promovessem a melhoria da qualidade de vida/saúde das populações.
- O projeto europeu *HeaRt- Health Reporting Training Project*. Além do projeto FCT sobre informação em saúde, o CECS desenvolveu o outro projeto *HeaRt – Health Reporting Training Project* – um projeto europeu sobre jornalismo de saúde, financiado pelo Lifelong Learning Programme – Leonardo da Vinci, Multilateral Projects for Development of Innovation.
- O projeto FCT *Navegando com o “Magalhães”*: *Estudo Sobre o Impacto dos Média Digitais nas Crianças* (PTDC/CCI-COM/101381/2008). Este projeto desenvolveu um estudo aprofundado sobre o impacto da medida “e-Escolinha” e da iniciativa “Magalhães” do Governo português. As políticas do programa escolar, e sobretudo os usos que as crianças fazem do computador e dos recursos que lhe estão subjacentes, tanto na escola, como fora dela, constituíram o principal enfoque deste projeto. A execução desta pesquisa teve ainda por objetivo contribuir para a criação de medidas no âmbito dos média eletrónicos e da promoção de uma literacia digital.
- O projeto FCT *Jornalismo Televisivo e Cidadania: Os Desafios da Esfera Pública Digital* (PTDC/CCI-JOR/099994/2008). A informação televisiva é um excelente lugar a partir do qual podemos avaliar a vitalidade do espaço público e conhecer as (re)configurações por que passa

o campo jornalístico. Nesse sentido, este projeto assumiu-se como um observatório, vocacionado para a análise da responsabilidade social da televisão na promoção da cidadania e, simultaneamente, para pensar as fronteiras do campo jornalístico, decorrentes de uma programação que cada vez mais dá sinais de abertura à participação do público. Pretendia-se saber quem eram os convidados dos *plateaux* de informação e quais as formas de jornalismo participativo que a televisão abria aos telespectadores.

Adicionalmente a estas iniciativas, o CECS/UMinho tinha ainda em curso várias linhas de intervenção, vocacionadas para a cooperação com o Governo no que respeitava à promoção e desenvolvimento do conhecimento científico em geral e à problematização de matérias consideradas de interesse público. Registam-se neste ponto, as seguintes iniciativas.

Antes de mais, o CECS/UMinho estava comprometido com a investigação das práticas comunicativas relacionadas com questões científicas e ambientais, que já então faziam a agenda pública há mais de uma década, prestando particular atenção à questão das alterações climáticas. As análises das práticas comunicativas de diversos atores sociais, do discurso mediático e das representações sociais possibilitavam a identificação de problemas e dificuldades na comunicação e na perceção desta questão. Por essa razão, as conclusões destes estudos podiam constituir-se como resultados úteis para o planeamento de ações de comunicação orientadas para a sensibilização e mudança de atitudes face a usos de energia, transportes e outras atividades, que envolvessem a geração de gases com efeito de estufa. E além das políticas estatais de comunicação sobre alterações climáticas, energia e transportes, este tipo de investigação podia ser benéfico para a condução de iniciativas com a participação de diferentes atores sociais.

Por outro lado, o CECS/UMinho mantinha uma linha de investigação sobre políticas de ciência e tecnologia em Portugal e na Europa. Esta investigação prendia-se com a análise dos fluxos de cientistas, a sua composição socio-demográfica e os perfis de trajetória. Investigadores do CECS/UMinho participavam em projetos de investigação e cooperação europeus que visavam caracterizar os efeitos das mobilidades de investigadores nas dinâmicas de produção do conhecimento, assim como no grau de centralidade dos núcleos de investigação e na projeção das carreiras individuais.

Outros investigadores do CECS/UMinho integravam, por sua vez, projetos especificamente relacionados com a análise do impacto social e económico das ciências sociais e humanas, o que constituía, também, um vetor de

excelência, no âmbito das políticas públicas da ciência e da tecnologia. Referi, neste contexto, o *Projecto METRIS – Monitorização do Desenvolvimento das Ciências Sociais na Europa*, realizado entre 2008 e 2010, financiado pela União Europeia e coordenado pelo Instituto Belga Technopolis, através da Tecminho.

Havia, igualmente, um conjunto de investigadores do CECS/UMinho comprometidos com uma linha de investigação que visava o desenvolvimento de novas aplicações, software e hardware, e que potenciava a criatividade das crianças do pré-escolar. Nesse sentido o CECS estava a contribuir ativamente para demonstrar a mais-valia de novas abordagens no ensino das crianças em Portugal, recorrendo a novos modelos de comunicação interativa e tecnológica.

E havia ainda uma linha de investigação que se desenvolvia no CECS/UMinho, tendo em vista realizar a primeira análise histórica dos videojogos portugueses. Partindo do campo da história dos média e envolvendo cientistas da comunicação e engenheiros informáticos, esta investigação procurou obter impacto no tecido industrial, uma vez que foi objetivo desta atividade de comunicação promover o interconhecimento das empresas e dos indivíduos que no país estavam ligados a este sector, assim potenciando a indústria de jogos eletrónicos para uma melhor e maior produção.

Entretanto, como elemento demonstrativo de capacidade do CECS/UMinho para desenvolver atividades de extensão comunitária, assinalei assessorias técnicas e científicas com câmaras municipais, bibliotecas municipais e fundações de interesse cultural.

Finalmente, referi a participação do CECS/UMinho e do LabCom/UBI numa rede latino-americana, cujo objetivo era fazer o retrato da oferta de ensino pós-graduado em ciências da comunicação, radiografando a oferta ao nível do mestrado e do doutoramento, assim como as condições de funcionamento destes graus de ensino, neste vasto espaço geopolítico. Esta investigação tinha todas as condições para se constituir como instrumento útil para a planificação e a racionalização pelo Estado destes níveis do ensino²².

22 Com Madalena Oliveira, vim a realizar dois estudos sobre os estudos pós-graduados de ciências da comunicação em Portugal: um, intitulado “Política Científica de Comunicação em Portugal: Desafios e Oportunidades Para os Doutoramentos” (Martins & Oliveira, 2013a); o outro, com o título “Doctorado e Investigación Sobre Comunicación en Portugal: Panorama, Retos y Oportunidades” (Doutoramento e Investigação Sobre Comunicação em Portugal: Panorama, Desafios e Oportunidades; Martins & Oliveira, 2013b).

O Contributo do LabCom/Universidade da Beira Interior

O LabCom/UBI é uma unidade de investigação centrada na pesquisa sobre comunicação online. Na sua génese está o estudo da confluência dos sistemas de informação e das novas formas de informação jornalística. A experimentação laboratorial da aplicação de tecnologias de bases de dados e de multimédia ao jornalismo é feita em protótipos de remediação dos meios tradicionais de comunicação social: imprensa, rádio e televisão. Com o apoio inicial do Instituto de Comunicação Social (ICS), havia uma dúzia de anos que o LabCom editava o jornal online *Urbi et Orbi* (www.urbi.ubi.pt), em que continuamente eram tentadas experiências inovadoras na forma de informar. Por outro lado, em outubro de 2009, o LabCom realizou o primeiro encontro em Portugal de jornalismo e redes móveis, ou jornalismo para telemóveis.

As competências do LabCom/UBI na área da informação online ganhavam dimensão relevante no âmbito da comunicação científica ao hospedar três bibliotecas online, três revistas online e uma editora, que atraíam no conjunto 2.000.000 de visitas por ano, à média de 167.000 por mês (www.labcom.pt). Em particular a BOCC-Biblioteca Online de Ciências da Comunicação e a editora Livros LabCom eram as principais referências de consulta online no espaço lusófono, dentro dos estudos de comunicação. Também aqui houve uma colaboração estreita com o Governo, tendo os projetos avançado graças a incentivos do Instituto de Comunicação Social e da Agência para a Sociedade do Conhecimento.

O LabCom/UBI desenvolvia então (2010-2012) o projeto *A Agenda do Cidadão: Jornalismo e Participação Cívica nos Média Portugueses*, financiado pela FCT (PTDC/CCI-JOR/098732/2008), cujo objetivo consistiu em identificar, fomentar e testar práticas jornalísticas, a fim de reforçar a participação cívica e a deliberação democrática na esfera pública.

De realçar ainda é a linha de investigação que o LabCom desenvolvia no âmbito do cinema português, em estreita ligação com o Instituto do Cinema e do Audiovisual. O LabCom além de editar a mais importante revista sobre o cinema documentário no espaço lusófono, a *Doc-Online*, alojava (e ainda mantém) a mais completa base de dados sobre cinema português (www.cinemaportugues.ubi.pt/bd/), assim como organizava anualmente as Jornadas do Cinema em Português, onde as novas filmografias dos países africanos de expressão portuguesa ganhavam uma expressão cada vez maior.

Depois de ter apresentado os contributos efetivos com que o CECS/UMinho e o LabCom/UBI haviam concorrido para a realização de políticas públicas específicas na área de ciências da comunicação, parecia-me claro que já não era legítimo, em 2011, colocar em dúvida que as medidas e as ações enunciadas na candidatura de ciências da comunicação não estavam vinculadas a princípios e valores de intervenção pública do Estado português. Pelo contrário, o que elas denotavam era o caráter distintivo que um Laboratório Associado em ciências da comunicação poderia ter no desenvolvimento de uma investigação inovadora no contexto das ciências sociais e humanas, em geral, e das ciências da comunicação, em particular, capacitando os cidadãos para a participação na vida pública e para o envolvimento em questões de interesse público, quer no que respeitava a políticas públicas, quer no que concernia a novas formas de regulação social.

Todavia, passada uma década, em 2020/2021 a história repetiu-se. E nem uma palavra foi dita pela FCT, nem pelos avaliadores, sobre o concurso de 2009–2011. E tal como em 2011, o júri terminou a sua apreciação à candidatura de 2020/2021, afirmando que o consórcio de centros de ciências da comunicação “tinha boas hipóteses, numa próxima candidatura, de conseguir o seu objetivo”, tanto mais que, entretanto, as unidades de investigação que compunham a candidatura *Communitas* poderiam ganhar outra “maturidade”.

A Avaliação de Projetos de Todas as Áreas Científicas Pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia

Em 2004, apresentei ao concurso da FCT “para todas as áreas científicas” a candidatura do projeto *Os Postais Ilustrados. Para uma Sócio-Semiótica da Imagem e do Imaginário* (POCI/COM/59417/2004). O projeto foi recusado como “fraco”, o que quer dizer, com a mais baixa classificação. A avaliação cingiu-se a uma única frase: “não é um projeto de pesquisa aceitável em Ciências da Comunicação”²³. Mas este mesmo projeto, *Os Postais Ilustrados. Para uma Sócio-Semiótica da Imagem e do Imaginário*, foi aprovado como “muito bom”, em 2006 (PTDC/CCI/72770/2006). Duas coisas ocorreram, entretanto, que permitem compreender uma alteração tão radical da avaliação, de um concurso para outro. Por um lado, a região do globo de onde provinham os avaliadores. Em 2004, os avaliadores eram predominantemente do norte da Europa, de influência anglo-saxónica, enquanto no painel de 2006 eram

23 O painel de avaliação era assim constituído: Peter Golding (Loughborough University, Reino Unido); Cees Hamelink (University of Amsterdam, Países Baixos); Marcial Murciano (Universitat Autònoma de Barcelona), e Els De Bens (Ghent University, na Bélgica flamenga).

exclusivamente francófono²⁴. E atendendo ao perfil dos avaliadores escolhidos em 2004 pela FCT, a comunicação eram os média, sobretudo os média tradicionais (imprensa escrita e audiovisual), com incursões todavia pelos média digitais²⁵. A constituição do painel não respondia em nada a propostas vindas da cultura visual, propriamente dita, e menos ainda a propostas de média, muitas vezes desclassificados como “menores”, ou mesmo “marginais”, como era o caso dos postais ilustrados²⁶.

Na avaliação final dos resultados do projeto *Os Postais Ilustrados. Para uma Sócio-Semiótica da Imagem e do Imaginário* (PTDC/CCI/72770/2006), divulgada em 2011, o painel de avaliação da FCT proferiu o seguinte parecer sobre o trabalho desenvolvido:

os objectivos científicos previstos foram plenamente atingidos. Os resultados evidenciam grande qualidade científica, nomeadamente ao nível das publicações em revistas internacionais com *referee*. O projecto contribuiu para a formação de jovens investigadores e para a projecção internacional da equipa envolvida.

E acrescentam, ainda, o seguinte:

relatório final completo com destaque para a enunciação exaustiva dos objectivos do projecto, para a descrição pormenorizada das actividades desenvolvidas, para a relevância dos resultados obtidos. O Relatório final dá, por outro lado, indicações pertinentes sobre a constituição da amostragem assim como sobre as metodologias

24 Painel de avaliadores dos projetos de investigação em ciências da comunicação, em 2006: Dominique Pasquier (École des Hautes Études en Science Sociales, França); Christian Licoppe (École Nationale Supérieure des Télécommunications, França); Daniel Cefai (Université Paris X Nanterre, França); Jocelyne Arcquembourg (Université de Paris II, França); Serge Proulx (Université du Québec à Montréal, Canadá).

25 Evidentemente, que também havia na tradição anglo-saxónica investigadores e obras extraordinárias sobre os postais ilustrados. De entre essas obras e investigadores, assinalo *Letters, Postcards, Email. Technologies of Presence* (Cartas, Postais, Email, Tecnologias de Presença; Milne, 2010); *The Postcard Century, 2000 Cards and Their Messages* (O Século do Postal, 2000 Postais e as Suas Mensagens; Philips, 2000); “An Entangled Object: The Picture Postcard as Souvenir and Collectible, Exchange and Ritual Communication” (Um Objeto Emaranhado: O Postal Ilustrado Como Recordação e Objeto de Coleção, Intercâmbio e Comunicação Ritual; Rogan, 2005); e *The Picture Postcards and Its Origins* (Os Postais Ilustrados e as Suas Origens; Staff, 1966).

26 Os postais ilustrados estão, todavia, associados a uma grande invenção tecnológica, a máquina fotográfica, por meados do século XIX. E a sua agilidade e rapidez, com informações curtas e precisas, a fazer lembrar os atuais *posts* das redes sócio-técnicas, levaram cidades como Londres, no começo do século XX, a fazerem a distribuição do correio três vezes ao dia.

adoptadas para o seu tratamento. Note-se o volume de publicações geradas pela investigação (cinco livros), de seminários e conferências organizados pela equipa (cinco), de comunicações nomeadamente em encontros científicos internacionais (17). Note-se, ainda, a originalidade do estudo efectuado e a sua contribuição para um pensamento científico apoiado na relação intrínseca entre teoria e empiria.

No entanto, a equipa que trabalhou quatro anos (2006–2010) no domínio da cultura visual, a ponto de ter merecido a apreciação do painel de avaliação, nos termos reportados, voltaria à estaca zero, quando apresentou em 2010 o projeto *Afixando Postais, Afixando Imagens: Cultura Visual nos Séculos XIX e XX* (PTDC/CCI-COM/118982/2010)²⁷. O primeiro projeto havia permitido constituir uma equipa de investigação, consolidá-la na área da cultura visual e internacionalizá-la. Entretanto, o painel de avaliadores que em 2010 se pronunciava sobre o novo projeto, sabia e reconhecia que “seis elementos da equipa participaram no projeto anterior”. Além disso, segundo o próprio parecer formulado pelo painel de avaliação, a equipa era “excelente” e o investigador principal tinha “um histórico impressionante: é um académico muito experimentado, cuja experiência corresponde ao objeto do Projeto”; e “foi o investigador principal no projeto anterior, tendo um histórico de publicações muito bom”. Mas apesar de todas estas razões, o projeto era reprovado para financiamento, pelo que o desfecho dessa avaliação recolocava essa equipa na estaca zero, desmantelando-a.

Em 2012, retomando o trabalho já realizado no âmbito do projeto *Os Postais Ilustrados – Para uma Sócio-Semiótica da Imagem e do Imaginário*, realizado entre 2006–2010, assim como o projeto *Afixando Postais, Afixando Imagens: Cultura Visual nos Séculos XIX e XX* (PTDC/CCI-COM/118982/2010), submeti a concurso da FCT uma nova proposta de investigação, de modo a relançar para outros horizontes, teóricos e metodológicos, o trabalho já desenvolvido em estudos visuais, à volta dos postais ilustrados. Em 2012, a equipa já se tinha internacionalizado e ganhara mesmo grande notoriedade, tendo constituído o núcleo duro, sobretudo em termos científicos, do “Congresso Europeu de Semiótica Visual”, da International Association for Visual Semiotics, realizado em Lisboa, em 2011²⁸. Mas o projeto submetido à FCT com o título

27 O painel de avaliação havia sofrido, entretanto, novas alterações. Era agora composto pelos seguintes investigadores: Dominique Pasquier (Telecom-Paristech, Department of Social Science, França); Christian Licoppe (Telecom-Paristech, Department of Social Science, França); Kim Schrøder (Roskilde University, Dinamarca); Roberta Pearson (University of Nottingham, Reino Unido); Sean Cubitt (University of Southampton, Reino Unido).

28 Association for Visual Semiotics, Regional European Conference “Semiotics of Space/Spaces of Semiotics”, de 26-28 de setembro de 2011, na Universidade Nova de Lisboa (<http://aisv2011.yolasite.com/>).

Postais Ilustrados - Mitopoéticas do Sentido na Contemporaneidade (PTDC/CPC-VIS/5312/2012), embora avaliado como “excelente”, foi de novo reprovado para financiamento.

Colocadas as coisas nesta perspectiva, podemos interrogar-nos se esta prática de avaliação dos painéis de avaliação da FCT concorria verdadeiramente para o desenvolvimento e o fortalecimento da comunidade científica portuguesa, muito particularmente para o desenvolvimento e o fortalecimento da comunidade científica de ciências da comunicação. É que das duas vezes o painel de avaliação reconhecia os méritos da equipa de investigação e enaltecia-lhe a experiência no domínio. Mas, avaliando mal o projeto, num caso, e classificando-o como “excelente”, noutra, pronunciou-se sempre pela recusa dos projetos.

Na avaliação dos resultados do projeto de 2006, *Os Postais Ilustrados. Para uma Sócio-Semiótica da Imagem e do Imaginário* (PTDC/CCI/72770/2006), o júri havia destacado, como já assinali, o volume e a importância das publicações realizadas, além da produção de uma base de dados, com um significativo acervo de postais, selecionados e catalogados, geograficamente e por categorias. Assinalo, agora, a divulgação dos resultados. Em quatro anos seguidos, de 2007 a 2010, foram apresentados resultados do estudo em andamento no principal Congresso Internacional de Ciências da Comunicação (IAMCR); houve mesmo um “painel especial” sobre cultura visual (“The History of Visual Arts and Pictorial Representations Across the 20th Century”; A História das Artes Visuais e das Representações Pictóricas no Século XX), na secção de história da comunicação, do congresso da IAMCR, realizado em Braga, em 2010, com quatro comunicações, tendo intervindo oito elementos da equipa.

Também foram apresentados resultados do trabalho coletivo da equipa sobre cultura visual, em dois congressos da Associação Europeia de Sociologia da Cultura, em Veneza (2008) e em Lisboa (2009). Foi realizado um seminário, em Braga, sobre “os postais na vida da comunidade”, reunindo especialistas de cultura visual, assim como bibliotecários, colecionadores e vendedores de postais²⁹. A equipa do projeto manteve um blogue, com entradas regulares, durante muito mais tempo que os quatro anos do projeto³⁰. E além de terem sido concluídas dissertações de mestrado e teses

29 Os resultados deste seminário foram publicados em 2017, com o título *Os Postais Ilustrados na Vida da Comunidade* (Martins, 2017c).

30 <http://postaisilustrados.blogspot.com/>

de doutoramento, no quadro do projeto, houve mesmo uma estudante da Universidade de Barcelona, Fabiane Pianowski, doutoranda em história de arte, que fez um estágio de quatro meses com a equipa do projeto³¹. E tudo isto foi conseguido com o orçamento de 44.000 €, e o apoio, durante apenas um ano, de um bolseiro de investigação.

No entanto, as instruções da FCT iam no sentido de estabelecer uma comunidade académica nacional “fora do espaço geolinguístico de proximidade”, de modo a estabelecer “redes de grande potencial” científico. Foi, aliás, esse o princípio de que se fez portador para o CECS/UMinho, em 2014, como já assinalei, João Miguel Marques da Costa, ele próprio doutor pela Universidade de Leiden, na Holanda, em 1998, com parte dos seus estudos de doutoramento feitos nos Estados Unidos da América, no Massachusetts Institute of Technology, e presidente do Conselho Científico de Ciências Sociais e Humanidades da FCT, em 2014 e 2015.

Nestas circunstâncias, os painéis de avaliação da FCT exprimiam a mesma filosofia, de convidar avaliadores “fora do espaço geolinguístico de proximidade”, mas na realidade investigadores que desconheciam, por regra, a comunidade científica que avaliavam, chegando, por vezes, a não disfarçar uma manifesta sobrançeria científica. Dou um exemplo. Avaliando o projeto *Afixando Postais, Afixando Imagens: Cultura Visual nos Séculos XIX e XX* (PTDC/CCI-COM/118982/2010), os avaliadores escreveram o seguinte:

parece existir aqui uma disjunção entre o enquadramento teórico [do projeto], que diz respeito à modernidade, e o facto de a investigação empírica se centrar apenas no Portugal de hoje. Por certo deveria haver algum reconhecimento das diferenças que existem entre a comunicação interpessoal dos séculos XIX e XX e as culturas de coleção.

E no mesmo sentido: “não existe um processo de comparação e distinção suficientemente claro para analisar as diferenças entre as práticas dos séculos XIX e XXI, quer entre o postal e o e-mail, quer entre as diferentes culturas de colecionismo”.

Causou, pois, muita estranheza ao painel de avaliação o facto de a equipa do projeto ter em mente estudar a modernidade, centrando, todavia, a análise empírica num único país – Portugal. E, a meu ver, é verdadeiramente

31 Fabiane Pianovski doutorou-se em 2014, na Universidade de Barcelona, com uma tese intitulada: “Análisis Histórico del Arte Correo en Latinoamérica” (Análise Histórica da Arte Correo na América Latina; Pianovski, 2014).

surpreendente este reparo. O que é que se queria dizer ao certo? Que num país periférico como Portugal, não tinha pertinência nem viabilidade a realização de estudos sobre a modernidade e a pós-modernidade, por Portugal ser o país que é, periférico e relativamente pouco desenvolvido, apesar de integrar a Comunidade Europeia, quando hoje, dado o fenómeno da globalização, que tem efeitos universais, e das novas tecnologias da comunicação e da informação, que se impõem universalmente, ser possível e pertinente fazerem-se estudos sobre a modernidade em qualquer região do planeta? Para dar um único exemplo, direi que não foi por estudar a vida de Montaigne, uma aldeia occitana dos Pireneus, de 1294 a 1324, não foi por isso que Emmanuel Le Roy Ladurie (1975) deixou de nos dar uma ideia estimulante do que era a Europa na Idade Média tardia, varrida por guerras de religião, por exemplo, entre católicos e cátaros.

O Paradigma *Mainstream* da Investigação e Outros Paradigmas

Passando completamente em claro o “trabalho anterior feito pela equipa proponente”, para referir os exatos termos do Critério A do regulamento da FCT, a que deveria ter-se submetido o painel de avaliação, a única coisa que mereceu a atenção dos avaliadores do projeto *Afixando Postais, Afixando Imagens: Cultura Visual nos Séculos XIX e XX* (PTDC/CCI-COM/118982/2010) foi o ponto de vista teórico, ou melhor, o paradigma teórico-metodológico, de onde a equipa de investigação se reclamava. Entendia o painel de avaliação que o projeto era “ligeiramente turvo” e que “a teoria e o projeto de investigação” não combinavam, porque estavam “muito mal formulados”. Em consequência, como o projeto manifestava “a ausência de um pensamento teórico e metodológicos claros”, os objetos de análise para que remetia, “uma gama muito díspar”, tinham um interesse científico “opaco”.

Faço aqui algumas considerações a este propósito.

Não é de estranhar que experimentados professores e investigadores de semiótica discursiva e visual tivessem um pensamento teórico e metodológico obscuros? O coordenador do projeto era professor e investigador de semiótica discursiva e visual há mais de duas décadas e tinha uma vasta obra publicada (relembrem-se as palavras do júri sobre “o investigador principal”: “um académico muito experimentado”, com “um histórico de publicações muito bom”). Aliás, cinco dos membros da equipa do projeto integravam a Comissão Científica do Congresso Europeu de Semiótica Visual, que viria a realizar-se em Lisboa, de 25 a 28 de setembro de 2011. O coordenador da equipa do projeto era, aliás, o presidente da Comissão Científica do

congresso³². No entanto, a conclusão do painel de avaliação era a de que o projeto não tinha “um pensamento teórico e metodológico claro”.

O painel reconhecia, por outro lado, que o projeto tinha uma “originalidade considerável”, que ultrapassava muito a mera aplicação de modelos”. No entanto, “a ambição poderia ser reforçada através de um pensamento cuidadoso que combinasse análise textual e análise cultural”. E no entendimento do painel de avaliação, essa era uma fragilidade definitiva para a equipa deste projeto: “o problema fundamental parece ser uma incompatibilidade entre investigações hermenêuticas e investigações empíricas”. Ou seja, o painel entendeu que existiam “alguns problemas de conceção bastante sérios na pesquisa”. E de entre esses problemas, “o mais importante é que os elementos da cultura viva não combinam utilmente com a hermenêutica”, para que remetia “a análise textual e tecnológica”.

Esta era a terceira vez que um painel de avaliação da FCT nos fazia saber que o projeto que submetíamos estava “muito mal formulado”, tanto em termos teóricos, como no que respeitava à execução. Foi assim em 2008, por duas vezes: no projeto: *Cultura da Argumentação e Imaginário Social: Implicações para a Cidadania* (PTDC/CCI-COM/104699/2008); e no projeto: *Traços e Tendências do Imaginário nos Média Digitais* (PTDC/CCI-COM/105554/2008). E era-o agora novamente, em 2010.

No que se referia ao projeto *Cultura da Argumentação e Imaginário Social: Implicações Para a Cidadania* (PTDC/CCI-COM/104699/2008), o parecer do painel assinalou o seguinte:

a proposta não nos convence totalmente de que as questões conceptuais apresentadas no Resumo, embelezadas com “imaginário social”, podem ser traduzidas numa análise empírica operacional das perceções e negociações das pessoas sobre o seu ambiente argumentativo mediatizado.

Mas o painel de avaliação esclareceu muito melhor o seu ponto de vista ao debruçar-se sobre o projeto *Traços e Tendências do Imaginário nos Média Digitais* (PTDC/CCI-COM/105554/2008), em que eu participava como membro da equipa, sendo Albertino Gonçalves o investigador principal. Assinala

32 Em resultado deste congresso publiquei, com duas colegas investigadoras, o estudo “La Carte Postale et la Représentation des Espaces Public et Intime” (O Postal e a Representação de Espaços Públicos e Íntimos), na revista *Degrés: Revue de Synthèse à Orientation Sémiologique* (Martins et al., 2014).

o painel de avaliação: “de toda a evidência, os termos-chave de grotesco, barroco, etc. podem figurar nos discursos teóricos sobre o pós-modernismo, mas é muito pouco claro o que eles significam”. E ainda: “conceitos derivados de concepções teóricas da pós-modernidade são muito difíceis de operacionalizar de maneira empírica”.

Mas além do caráter “pós-moderno” e “opaco” do conceito de “imaginário social”, havia uma outra “limitação teórica” no projeto *Cultura da Argumentação e Imaginário Social: Implicações Para a Cidadania* (PTDC/CCI-COM/104699/2008), que os avaliadores fizeram questão de não deixar passar em claro. Não entendiam que se concentrasse “no discurso verbal o domínio da argumentação”, rejeitando “as imagens e o espetáculo”. E “dado que a circulação de imagens e espetáculos é parte inerente à cultura contemporânea”, recomendavam que “seria bom interrogar as capacidades argumentativas dos discursos não-verbais”.

É verdade, o processo de construção do sentido nos avaliadores chocava de frente com o ponto de vista semiótico dos investigadores do projeto. O projeto *Cultura da Argumentação e Imaginário Social: Implicações Para a Cidadania* (PTDC/CCI-COM/104699/2008), que submeti a concurso em 2008, já supunha a mudança estrutural que havia ocorrido na sociedade nas últimas décadas, com as tecnologias da comunicação e da informação, e especificamente com o digital (Martins & Oliveira, 2007). De uma racionalidade literária, fundada na palavra e na razão, a sociedade havia passado a uma racionalidade assente em imagens e sons de produção tecnológica (Martins, 2011a, 2011/2012, 2015b, 2015c, 2017a). E nestas circunstâncias, de um regime discursivo que nos falava à razão, persuadindo-nos, dado que tinha o seu fundamento nas ideias e na argumentação, passámos a um regime de imagens e sons tecnológicos, que nos falam à emoção, seduzindo-nos e fascinando-nos. Ou seja, “the médium” continua a ser a mensagem (McLuhan, 1964), mas deu-se o caso que passámos de um regime das ideias a um regime dos sentidos e das emoções. E era esta passagem de um “regime ideológico”, argumentativo, a um “regime sensológico”, centrado nas emoções (Perniola, 1991/1993), que fundava a nossa proposta e nos levava a interrogar as consequências para a cidadania desta alteração do “imaginário social”, uma figura tão causticada pelos avaliadores. Tendo sentido democrático um espaço público aberto à participação de todos, o que acontecia numa civilização da imagem, a verdade é que um regime sensológico é um regime tribal, que não aponta para um horizonte de comunidade. E, nestas circunstâncias, dificilmente se estabelece a distinção entre a opinião imbecil e a opinião instruída, entre a verdade e a falsidade. Foram, todavia,

estas primeiras interrogações, presentes nos projetos apresentados a concurso, que me conduziram, uma dúzia de anos mais tarde, a propor “uma nova teoria dos média, do espaço público e da opinião pública” (Martins, 2021, pp. 181–201).

O pronunciamento dos avaliadores sobre os projetos referidos, *Cultura da Argumentação e Imaginário Social: Implicações Para a Cidadania* (PTDC/CCI-COM/104699/2008), “Traços e tendências do imaginário nos média digitais” (PTDC/CCI-COM/105554/2008) e *Afixando Postais, Afixando Imagens: Cultura Visual nos Séculos XIX e XX* (PTDC/CCI-COM/118982/2010), é, na realidade, um veredicto sobre o trabalho científico que eu próprio e outros elementos da equipa vínhamos desenvolvendo havia mais de uma década com o Centre d'Études sur l'Actuel et le Quotidien (CEAQ), da Universidade Paris Descartes (Sorbonne), coordenado por Michel Maffesoli, então diretor deste centro de estudos, assim como da revista *Sociétés*, sendo além disso consultor do projeto. E, da mesma forma, considerei o parecer do painel de avaliação como um veredicto sobre o trabalho científico que eu próprio e outros elementos da equipa vínhamos desenvolvendo com o Centro de Estudos de Comunicação e Linguagens (CECL), da Universidade Nova de Lisboa, durante anos dirigido por José Bragança de Miranda, também ele consultor do projeto.

Começo por referir, como exemplos de cooperação científica entre o CECS-UMinho, o CEAQ-Sorbonne e o CECL-Universidade Nova de Lisboa, um conjunto de publicações. Antes de mais, o número da revista *Sociétés*, organizado em conjunto por investigadores do CEAQ e investigadores do CECS, precisamente sobre o imaginário dos média: “L'Imaginaire des Médias” (O Imaginário dos Média; Maffesoli & Martins, 2011). Também o livro coletivo, organizado em conjunto por investigadores do CECS/UMinho e por investigadores do CECL, da Universidade Nova de Lisboa: Martins, Miranda, et al. (2011), *Imagem e Pensamento*. Refiro, ainda, entre muitos outros exemplos, os seguintes textos: Correia e Martins (2011); Maffesoli e Martins (2012); Martins, (2007, 2009, 2011c, 2011b); Martins, Oliveira, e Bandeira, (2012); Martins; Oliveira, e Correia (2011); Rabot (2011a).

Por outro lado, realizavam-se regularmente, por essa época, jornadas científicas em cooperação académica entre o CECS/UMinho, o CEAQ-Sorbonne e o CECL/Universidade Nova de Lisboa. São disso exemplo as Jornadas do CEAQ, de 2010, em Paris, e o seminário “Imagem e Pensamento”, de 2011, em Lisboa. Também em 2011, a UMinho atribuiu o doutoramento *Honoris*

Causa a Michel Maffesoli³³. E Maria da Luz Correia fazia um doutoramento em cotutela entre a UM e a Universidade de Paris Descartes (Sorbonne)³⁴.

Mas se é verdade que o Conselho Científico de Ciências Sociais e Humanidades da FCT, presidido em 2011 por José Mattoso, chamava para o seu plano estratégico de cooperação científica, como já assinalai, as redes de investigação estabelecidas “com os países da bacia mediterrânica”, bem diferente era o plano do Conselho Científico de Ciências Sociais e Humanidades que se lhe seguiu. Esse privilegiava, sim, a cooperação científica “fora do espaço geolinguístico de proximidade”.

Na realidade, o que estava em jogo na avaliação destes projetos sobre cultura visual e imaginário social era uma questão de paradigma. Os painéis de avaliação apenas concebiam uma maneira *standard* de realizar projetos de investigação, segundo uma racionalidade forte, explicativa, com procedimentos objetivos, que são sempre os mesmos e remetem para uma “operacionalização empírica”. Esta racionalidade ignorava, inteiramente, a tradição compreensiva das ciências sociais e humanas, fundada em Georg Simmel (1981, 1988) e Max Weber (1944, 1921/1983), e combatia a sócio-antropologia do imaginário de Gilbert Durand (1969), Edgar Morin (1956, 1962), Serge Moscovici (2000, 2012), Michel Maffesoli (1979), e tantos outros.

No paradigma *mainstream* das ciências sociais e humanas, conceitos como os de imaginário, modernidade e pós-modernidade, são olhados como irracionalidades (são “opacos”, “não se sabe o que significam”, “não são operacionalizáveis empiricamente”, “não permitem análises de medida”). Estou, todavia, convencido de que uma investigação meramente instrumental, fundada teórica e metodologicamente numa racionalidade explicativa, que descure abordagens compreensivas, empobrece o conhecimento que possamos obter nas ciências sociais e humanas. A meu ver, o critério da “utilidade”, a que se refere o painel de avaliação (“usefully” – curiosa expressão: utilidade para quê e para quem?), não pode ser um critério científico que deva impor-se à comunidade científica, em termos exclusivos e universais³⁵.

33 Fiz eu próprio a “Laudatio” (Martins, 2011) do doutoramento *Honoris Causa* de Michel Maffesoli.

34 Maria da Luz Correia veio a defender, em 2013, o doutoramento na Universidade do Minho (em ciências da comunicação) e na Universidade Paris Descartes, Sorbonne (em ciências sociais). Título da tese: *Intermitências na Cultura Visual Contemporânea: O Postal Ilustrado e a Imagem Recreativa* (Correia, 2013).

35 Sobre uma racionalidade, teórica e metodologicamente compreensiva, como é o caso da análise retórico-argumentativa do discurso, ver Martins (1998, 2009).

É compreensível que os elementos dos painéis de avaliação de projetos tivessem as suas convicções sobre a ciência e agissem em consonância com elas. Ou seja, é compreensível que em função delas avaliassem os projetos. O que não era entendível era a razão pela qual as convicções distintas dos seus pares académicos deviam ser apostrofadas, recaindo sobre elas a condenação. A FCT tinha (e tem) a obrigação de garantir painéis de avaliação plurais, que respondam à diversidade de paradigmas científicos.

Foi, todavia, por farejarem heresia (projetos “obscuros” e “opacos”, diziam) que os membros dos painéis de avaliação, estribados nas fortes convicções do paradigma *mainstream*, decretaram a existência de uma “incompatibilidade” entre “hermenêutica e investigações empíricas”. E era verdade, o meu ponto de vista hermenêutico, fundado numa racionalidade limitada e em procedimentos teórico-metodológicos maleáveis, contendia com as certezas do paradigma *standard* da ciência – certezas rígidas e absolutamente satisfeitas de si mesmas. Eu não concordo, no entanto, que haja menor rigor científico em análises compreensivas, por relação a análises fundadas em paradigmas de racionalidade forte, meramente explicativa e objetiva. Uma racionalidade forte, devota do regime exclusivo, contraria a própria natureza da escrita das ciências sociais e humanas, que se ocupa da “vida das formas” humanas (Focillon, 1981) e anda sempre entre a “totalidade” (o regime do mesmo, ou do uno) e o “infinito” (o regime do outro, ou da alteridade), como podemos dizer, numa glosa à obra de Emmanuel Lévinas (1961), *Totalité et Infini* (Totalidade e Infinito). O que é facto, todavia, é que apreciar a componente teórico-metodológica de um projeto à luz de um modelo que lhe seja alheio subverte os resultados da avaliação que dele possamos fazer.

Um Problema de Fundo – A Sócio-Antropologia do Imaginário e o Conhecimento Pluridisciplinar e Transdisciplinar

“Seria provavelmente útil ver o termo ‘imaginário’ mais completamente definido”, alvitra o painel de avaliação do projeto *Afixando Postais, Afixando Imagens: Cultura Visual nos Séculos XIX e XX* (PTDC/CCI-COM/118982/2010). As considerações feitas pelo júri de avaliação deste projeto insistiam, por outro lado, na insuficiente, ou deficiente, definição de imaginário, como aliás já haviam insistido na insuficiente ou deficiente definição dos conceitos-chave do projeto *Traços e Tendências do Imaginário nos Média Digitais* (PTDC/CCI-COM/105554/2008), conceitos que se prendiam todos com uma teoria sócio-antropológica do imaginário, e especificamente sobre o imaginário melancólico da nossa época: barroco, trágico, grotesco, chegando a associar esta carência às “concepções teóricas da pós-modernidade”.

E, no entanto, o estudo do imaginário em que fundei as minhas propostas a concurso compreendia a leitura de autores como Gilbert Durand (1969); Georgy Lukacs (1974), Erving Goffman (1960/1974), Lucien Goldman (1977), Mikhaïl Bakhtin (1970), Hans-Georg Gadamer (1975), Jürgen Habermas (1981/1984); Ernst Cassirer (1975), Jean Baudrillard (1981), Edgar Morin (1956, 1962), Umberto Eco (1986); Michel Maffesoli (1979, 2000), Omar Calabrese (1987/1999), Pascale Weil (1994), entre outros. E os conceitos de “barroco”, “trágico” ou “grotesco”, por outro lado, remetiam todos para uma longa tradição no seio das ciências sociais e humanas. No essencial, a definição do barroco, como categoria estilística, é avançada por Heinrich Wölfflin (1985/1888). Mas Eugenio d’Ors (1935) é também uma referência importante. As dimensões fundamentais do grotesco são definidas, por um lado, na tese de doutoramento de Mikhaïl Bakhtin sobre Rabelais, apresentada em 1940, e, por outro, no livro *Das Groteske. Seine Gestaltung in Dichtung und Malerei* (O Grotesco na Arte e Literatura), publicado em 1957 por Wolfgang Kayser (1957/2005). Quanto ao trágico, a leitura de um conjunto de autores clássicos manifesta-se suficiente para apreender as suas particularidades e variantes. Penso, especificamente, em Friedrich Nietzsche (1949), Georgy Lukacs (1974), Walter Benjamin (2003) e Lucien Goldmann (1955)³⁶.

Há mais de três décadas que trabalho com estes conceitos nestes autores. Talvez por esse motivo a sua definição acuse alguma familiaridade elíptica excessiva, como chegou a ser sugerido pelos avaliadores. A experiência ditava-me, porém, que não era sensato tentar definir tais conceitos, mesmo um único, no espaço previsto para o efeito no formulário da candidatura. Os textos referidos, não apenas na candidatura do projeto *Afixando Postais, Afixando Imagens: Cultura Visual nos Séculos XIX e XX* (PTDC/CCI-COM/118982/2010), como nas outras candidaturas que apresentei à FCT, sempre desenvolveram, de um modo cabal, os meus pontos de vista e os de elementos da minha equipa (por exemplo, Gonçalves, 2002, 2007; Martins, 1991, 1994, 2002a, 2002c, 2011a, 2015b, 2017a).

Agora, vejamos as questões relativas à metodologia. Uma falha, que é assinalada nos projetos que referi, diz respeito à operacionalização dos

36 Sobre as três dimensões do imaginário melancólico, veja-se, ainda, Calabrese (1987/1999) e Sarduy (1975), no que respeita ao barroco; Arendt (1998), Barthes (2002), Hugo (2002), Maffesoli (2000), quanto ao trágico; e Rabot (2011b) e Sodré e Paiva (2002), relativamente ao grotesco. Sobre o imaginário melancólico, em termos gerais, veja-se, também, “O Corpo Morto: Mitos, Ritos, Superstições” (Martins, 2013b); “Mélancolies de la Mode: le Baroque, le Grotesque, et le Tragique” (Melancolias da Moda: O Barroco, o Grotesco e o Trágico; Martins, 2015c) e “Declinações Trágicas, Barrocas e Grotescas na Moda Contemporânea” (Martins, 2016).

conceitos e à respetiva medida. Colocada nestes termos, esta crítica lembra-me o modelo metodológico desenvolvido por Paul Lazarsfeld, (1970) a partir dos anos 1940: formulação de hipóteses suscetíveis de verificação empírica; operacionalização dos conceitos mediante especificação das dimensões; escolha dos indicadores e construção dos índices, de modo a medir as variáveis e a sintetizar a informação relevante.

Este modelo foi hegemónico na sociologia dos anos 1950 e 1960. Mas não deixa de ser verdade que existiram sempre modelos alternativos. Alguns até se renovaram e reforçaram a partir dos anos 1970. A “teoria fundamentada”, proposta por Anselm Strauss e Juliet Corbin (1990), constitui um dos exemplos mais emblemáticos. De modo nenhum é, pois, ponto assente que uma investigação em ciências sociais e humanas tenha de começar com uma hipótese ou com uma questão focalizada – espera-se, no entanto, que termine com hipóteses mais ou menos consolidadas. É certo que os conceitos ganham em ser trabalhados, mas nem sempre existe necessidade ou interesse em “operacionalizá-los”. Esta ressalva vale também para a quantificação. Trata-se de um modo, entre outros possíveis, e não menos legítimos, de conduzir a investigação em ciências sociais e humanas. Mas não é o que preside aos projetos de investigação que coordenei ou em que participei.

Relembro, neste passo, uma crítica particularmente alarmante, que foi endereçada à candidatura do projeto *Traços e Tendências do Imaginário nos Média Digitais* (PTDC/CCI-COM/105554/2008). Eis a crítica: “a seleção parece representar os interesses e as particularidades dos membros da equipa, em vez de ser teórica e metodologicamente justificada”. Trata-se, com efeito, de um reparo deveras surpreendente e mesmo inaceitável. Formulado nos termos em que o foi, pode suscitar várias leituras. Limito-me, todavia, à interpretação académica: a seleção dos média foi influenciada pelos valores dos membros da equipa. Mas poderia ter sido de outro modo? Não será conveniente distinguir rigor científico, objetividade e isenção de valores? Como assinala Max Weber (1921/1983), em “A Objectividade do Conhecimento na Ciência Política e na Ciência Social”,

não existe uma análise científica “objetiva” da vida cultural, ou das “manifestações sociais”, independente de determinadas perspetivas especiais e parciais, graças às quais estas manifestações possam ser, explícita ou implicitamente, consciente ou inconscientemente, selecionadas, para se tornarem no objeto da investigação, ou analisadas e organizadas relativamente ao exposto. (pp. 205–206)³⁷

37 Aliás, Pierre Bourdieu (1976, 1979) também não diz coisa diferente.

Estudos culturais. Pluridisciplinaridade. Transdisciplinaridade. Sócio-antropologia do imaginário. Aqui estão outras tantas tradições científicas, que envolvem categorias teórico-metodológicas, assim como estratégias e práticas de pesquisa, que são, por regra, desqualificadas pela ciência *standard* como sincréticas e falhas de rigor, numa combinação de razão disciplinar e de razão política, que estabelece o rigor e a clareza, tanto do pensamento como das práticas, excluindo e penalizando os refratários³⁸.

É essa a razão pela qual os projetos, que se alimentam da semiótica da cultura e da imagem, da sociologia da cultura, da sociologia da comunicação, da história das ideias, e ainda, da geografia humana (para o estudo da patrimonialização e mediatização da paisagem), como foi o caso dos projetos *Traços e Tendências do Imaginário nos Media Digitais* (PTDC/CCI-COM/105554/2008) e *Afixando Postais, Afixando Imagens: Cultura Visual nos Séculos XIX e XX* (PTDC/CCI-COM/118982/2010), são considerados pelos painéis de avaliação da FCT “sem rigor metodológico”, “sem linha de pensamento teórico”, sem qualquer viabilidade de “operatividade empírica”, enfim, são projetos, como já referi, “ligeiramente turvos”.

Lembro neste ponto do debate o que Michel Foucault (1975) assinalou sobre a disciplina científica em *Surveiller et Punir* (Controlo e Punição) que é um cálculo que funciona por sistemas de restrição, controle, vigilância e exclusão da palavra, vivendo, pois, “segundo a metáfora da lepra e da peste”. Sendo um discurso, como assinala ainda Michel Foucault (1971, pp. 40–47), em *L'Ordre du Discours* (A Ordem do Discurso), a disciplina científica constitui sempre uma prática (social) policiada, interna e externamente, pelas convenções metodológicas, pelas normas de objetividade, pelos espantalhos do saber. Chamou-lhes ritual, comentário, citação, doutrina (teoria e metodologia), linha de separação entre o verdadeiro e o falso. Deste modo, modeladas pela escrita, as disciplinas científicas, todas elas, nesse aspecto preciso em que são uma prática institucional, constituem um jogo, que significa sempre o mesmo, e que, portanto, apenas pode repetir(-se). São práticas de autoridade. E não surpreende, pois, que possam ter tiques penais, enfim, que possam ser devotas do regime exclusivo e que envenenem mesmo o olhar (Martins, 1997).

38 Sobre a articulação da razão disciplinar com a razão política, escrevi em 2002, *A Linguagem, a Verdade e o Poder. Ensaio de Semiótica Social* (Martins, 2002a). Mas tinha aberto caminho sobre esta questão muito anos atrás, com o estudo “As Incertezas da Nossa Modernidade e o Impasse Universitário” (Martins, 2003).

Nestas circunstâncias, pergunto, todavia, mas que garantias existem de que a complexidade dos fenómenos humanos e a não menor complexidade dos problemas sociais se esgotem na mera abordagem disciplinar, ainda por cima em disciplinas científicas de categorias rígidas, objetivas e explicativas? A comunidade científica portuguesa de ciências sociais e humanas deveria interrogar este tipo de avaliações que a FCT tem promovido, avaliações que se esgotam numa mecânica de produção de estudos, que progressivamente acantonam os investigadores na repetição dos mesmos procedimentos, da mesma teoria e da mesma metodologia hegemónicas.

Com efeito, a questão não estava na inconsistência teórica e metodológica dos projetos, nem sequer na impossibilidade de os tornar operativos, em termos empíricos. Porque é de todo inaceitável, em termos de epistemologia das ciências sociais e humanas, que se possa argumentar que existe “incompatibilidade entre hermenêutica e investigações empíricas”. Não é, de facto, aceitável a sugestão de que a hermenêutica (e quem diz hermenêutica diz filosofia e epistemologia) não possa ter uma expressão prática, ou de que a investigação empírica fique irremediavelmente comprometida ou inquinada, se baseada em quadros de teor hermenêutico (ou seja, filosófico-epistemológicos). Esta questão foi bem esclarecida por Bourdieu (1976, 1979), Derrida (1967) e Foucault (1971, 1975), e também por Gadamer (1960/1975), Habermas (1981/1984) ou Gusdorf (1956). Aliás, é caso para perguntar, para que terá servido a hermenêutica bíblica, que alimentou o debate no ocidente em mais de 2.000 anos?

Nota Conclusiva – Das Agendas Científicas Hegemónicas à Recusa de uma Agenda Científica Nacional

Fui uma testemunha privilegiada dos processos aqui analisados. Sem dúvida por acompanhar as políticas científicas nacionais, enquanto diretor de uma unidade de investigação, que fundei em 2001, o CECS³⁹, da UMinho. Mas, igualmente, por liderar associações académicas, tanto em Portugal, como nos espaços lusófono e ibero-americano, nos últimos 25 anos⁴⁰.

39 <https://www.cecs.uminho.pt/>

40 Presidi à Associação Portuguesa de Ciências da Comunicação (<https://www.sopcom.pt/>), de 2005 a 2015, tendo sido vice-presidente de 2000 a 2005. Presidi à Federação Lusófona de Ciências da Comunicação (<http://www.lusocom.net/>), de 2011 a 2015, tendo sido vice-presidente de 2006 a 2011. Fui presidente da Confederação Ibero-Americana de Associações Científicas e Académicas de Comunicação (Confibercom, s.d.), de 2012 a 2015, tendo sido vice-presidente de 2009 a 2012. Integro, desde 2019, a direção da Associação Ibero-americana de Investigadores de Comunicação (<https://www.cecs.uminho.pt/assibercom/>; Associação Ibero-Americana de Comunicação, 2022).

Também por ter criado o projeto de ensino e de investigação de ciências da comunicação na UBI, em 1989, e por ter estado com Aníbal Alves, professor catedrático aposentado, na criação de idêntico projeto de ensino e de investigação na UMinho, em 1991. E ainda, por me encontrar à frente do consórcio das duas unidades de investigação, que se apresentaram a concurso em 2020 para Laboratório Associado, como aliás o haviam feito em 2009, o CECS/UMinho e o LabCom/UBI.

Em 2011, era urgente levantar do chão as ciências sociais e humanas, que haviam inteiramente sucumbido ao paradigma proposto pela FCT de uma ciência objetiva e operativa, ao paradigma das “metodologias robustas” em exclusivo acordo com unidades de medida. Mas passada uma década, mantendo-se porventura este paradigma científico, é agora urgente corrigir também a absoluta submissão das avaliações da FCT a agendas científicas, impostas por instâncias hegemónicas, europeias ou outras, que predeterminam os objetos de investigação (aquilo que vale a pena ser investigado) e que não deixam margem nenhuma para uma agenda nacional de investigação. A absoluta sujeição da comunidade científica à teoria e à metodologia “robusta”, que ocorria há uma dúzia de anos, vemo-la agora, se não a ser substituída, pelo menos a ser prolongada pela absoluta submissão da comunidade científica às “agendas de investigação”, ditadas universalmente por instituições e organismos, que operam, hegemonicamente, na cena mundial. Além do Horizonte 2020: Programa Europeu para a Investigação e a Inovação, e dos objetivos do desenvolvimento sustentável, também conhecidos como os *global goals*, adotados em 2015 pelas Nações Unidas como uma chamada universal para “erradicar a pobreza, proteger o planeta, e garantir que até 2030 todas as pessoas tenham paz e prosperidade”, são claros sobre as possibilidades residuais que se levantam de uma agenda nacional. Entre os 17 *global goals*, a realizar pelos objetivos do desenvolvimento sustentável, assinalo os quatro seguintes (United Nations Development Programme, s.d.): “igualdade de género: alcançar a igualdade de género e fortalecer todas as mulheres e raparigas” (6.º objetivo); “Tornar inclusivas, resilientes e sustentáveis as cidades e as comunidades humanas” (11.º objetivo); “promover sociedades pacíficas e inclusivas, tendo em vista o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições efetivas, responsáveis e inclusivas a todos os níveis” (16.º objetivo); “reforçar os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável” (17.º objetivo).

Diante destes objetivos hegemónicos, que valor tem a hipótese de vir a ser alguma vez considerado como imperativo estratégico nacional “a construção

da comunidade de investigação lusófona”, que encare “a língua portuguesa como língua de cultura e, em consequência, que a reconheça como língua de conhecimento”? E a hipótese de “estudar as identidades transnacionais”, entre as quais a identidade lusófona, dada a específica condição da nossa época, a da “globalização sócio-económica”? E ainda, a hipótese de associar à ideia de “crescimento económico e tecnológico” uma “dimensão cultural”, assim como à “ideia de desenvolvimento” as ciências sociais e humanas, encarando-as como parte inteira “no convívio das ciências” e como parte inteira “no desenvolvimento coletivo”⁴¹?

Entre 2019 e 2022, apresentei aos concursos da FCT para “projetos em todas as áreas científicas” quatro candidaturas, que podemos enquadrar no plano estratégico da construção de uma comunidade científica lusófona. Dava-se o caso, aliás, de termos criado no CECS o Museu Virtual da Lusofonia, em 2017, e de em 2020 o Museu ter sido instalado na plataforma do Google Arts & Culture, o que o transformou num museu global. Era nosso propósito aproveitarmos o impulso dado pela criação do Museu Virtual da Lusofonia, assim como pelas suas coleções digitais, relativas ao património, às artes e aos artistas de todos os países de língua portuguesa, para desenvolvermos e fortalecermos uma rede de cooperação científica lusófona⁴². Em 2019, em resposta direta ao concurso aberto pela FCT, para comemorar os 500 anos da circum-navegação marítima de Fernão de Magalhães, propus o projeto *Da Expansão Europeia à Circum-navegação Tecnológica – A Construção de uma Cartografia Lusófona* (CIRCNA/CIS/0276/2019). Em 2020, insisti neste ponto e submeti a concurso a candidatura *Portugal e Brasil – Travessias Tecnológicas e Transculturais no Espaço da Língua Portuguesa* (PTDC/COM-CSS/2088/2020). Em 2021, tendo como objetivo aproveitar as sinergias que podiam ser estabelecidas com o Museu Virtual da Lusofonia, centrei-me num tema lusófono mais específico, o do património cultural, tendo submetido a concurso o projeto *Museus e Redes Digitais: Preservar e Partilhar o*

41 Estas são algumas das questões que formulei na carta que escrevi ao ministro da Ciência e da Tecnologia, em 2016, as quais, aliás, já foram assinaladas neste estudo (Martins, 2015/2016).

42 O horizonte de uma comunidade científica lusófona, a ser construída no espaço da língua portuguesa, como objetivo estratégico para as ciências sociais e humanas em Portugal, corresponde a uma linha de investigação persistentemente desenvolvida, ao longo de décadas, pelas ciências da comunicação em Portugal, e especificamente pelo Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade, da Universidade do Minho. Assinalo, neste sentido, algumas obras recentes: o Volume 34 da revista *Comunicação e Sociedade*, sobre os estudos lusófonos e as ciências da comunicação (Martins et al., 2018); o Volume 7 da *Revista Lusófona de Estudos Culturais* sobre museus, coleções e exposições, coloniais, anticoloniais e pós-coloniais (Martins et al., 2020); e uma cartografia dos estudos de comunicação no mundo lusófono, “Communication Studies Cartography in the Lusophone World” (*Cartografia dos Estudos de Comunicação no Mundo Lusófono*; Martins, 2018).

Património Cultural no Mundo Pós-Colonial (PTDC/COM-CSS/0068/2021). E em 2022, foi ainda o tema dos museus, o que quer dizer o tema do património, da memória e do arquivo, sempre perspetivados em termos de memória digital, que submeti a concurso, com a seguinte designação: *Memória Digital em Museus de Língua Portuguesa. Travessias Tecnológicas e Transculturais* (2022.06480.PTDC).

Todos estes projetos foram reprovados, sendo-lhes recusado qualquer financiamento.

Apontamento Final

Desde 2004 que existem avaliações de projetos pela FCT na área das ciências da comunicação. Em 18 anos, de 2004 a 2022, submeti a concurso 12 projetos, tendo sido reprovados 11. O único projeto aprovado (*Os Postais Ilustrados. Para uma Sócio-Semiótica da Imagem e do Imaginário* - PTDC/CCI/72770/2006) consistiu na ressubmissão do projeto POCI/COM/59417/2004, que tinha sido reprovado em 2004 como “poor” (mau).

Agradecimentos

Este trabalho é financiado por fundos nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P., no âmbito do projeto UIDB/00736/2020 (financiamento base) e UIDP/00736/2020 (financiamento programático).

Referências

Arendt, H. (1998). *The human condition*. University of Chicago Press.

Associação Ibero-Americana de Comunicação. (2022). *Programa*. https://www.cecs.uminho.pt/assibercom/?page_id=1751

Bakhtin, M. (1970). *L'oeuvre de François Rabelais et la culture comique populaire au moyen âge eu sous la renaissance*. Gallimard.

Barthes, R. (2002). Culture et tragédie. In E. Marty (Ed.), *Oeuvres complètes, t. 1: 1942-1961* (pp. 29–32). Seuil.

Baudrillard, J. (1981). *Simulacres et simulation*. Galilée.

Benjamin, W. (2003). *The origin of german tragic drama* (J. Osborne, Trad.). Verso.

Bourdieu, P. (1976). La champ scientifique. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, 2-3, 88–104.

- Bourdieu, P. (1979). *La distinction. Critique sociale du jugement*. Minuit
- Calabrese, O. (1999). *A idade neobarroca* (C. de Carvalho & A. Mourão, Trads.). Edições 70. (Trabalho original publicado em 1987)
- Cassirer, E. (1975). *An essay on man*. Yale University Press.
- Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade. (2018, 26 de junho). *CECS lança observatório MILobs*. <https://www.cecs.uminho.pt/cecs-lanca-observatorio-milobs/>
- Centro de Investigação e Estudos de Sociologia. (2011). *ISCTE-IUL. Relatório de actividades*.
- Confibercom. (s.d.). *Confederação*. <http://confibercom.com/confederacao/>
- Correia, M. L. (2013). *Intermitências na cultura visual contemporânea: O postal ilustrado e a imagem recreativa* [Tese de doutoramento, Universidade do Minho e Universidade Paris Descartes - Sorbonne]. RepositóriUM. <https://hdl.handle.net/1822/29216>
- Correia, M. L., & Martins, M. L. (2011). O postal e a modernidade: Memória, imagem e técnica. In M. L. Martins, J. Godinho, M. Oliveira, & J. B. de Miranda (Eds.), *Imagem e pensamento* (pp. 237–253). Grácio Editor. <https://hdl.handle.net/1822/24397>
- d’Ors, E. (1935). *Du baroque*. Gallimard.
- Decreto-Lei n.º 125/99, de 20 de abril. Diário da República n.º 92/1999, Série I-A de 1999-04-20 (1999). <https://dre.pt/dre/detalhe/decreto-lei/125-1999-534998>
- Derrida, J. (1967). *L’écriture de la différence*. Seuil.
- Durand, G. (1969). *Les structures anthropologiques de l’imaginaire*. Bordas.
- Eco, U. (1986). *Viagem na irrealidade quotidiana*. Difel.
- Ferreira, A. (2023). Living on the edge. Continuous precarity undermines academic freedom but not researchers’ identity in neoliberal academia. In A. Vatansever & A. Kölemen (Eds.), *Academic freedom and precarity in the Global North* (pp. 79–100). Routledge. <https://doi.org/10.4324/9781003256984>
- Fiolhais, C. (2019, 7 de março). Um ministério falhado. *Público*. <https://www.publico.pt/2019/03/07/ciencia/opiniao/ministerio-falhado-1864344>
- Focillon, H. (1981). *Vie des formes, suivi de Éloge de la main*. Presses Universitaires de France.
- Foucault, M. (1971). *L’ordre du discours*. Gallimard.
- Foucault, M. (1975). *Surveiller et punir – La naissance de la prison*. Gallimard.
- Gadamer, H.-G. (1975). Truth and method (W. Glen-Doepel, Trad.). Crossroad. (Trabalho original publicado em 1960)
- Gago, M. (1990). *Manifesto para a ciência em Portugal*. Gradiva

- Goffman, E. (1974). *Frame analysis: An essay on the organization of experience*. Harper and Row.
- Goldmann, L. (1955). *Le dieu caché - Étude sur la vision tragique dans les pensées de Pascal et dans le théâtre de Racine*. Gallimard.
- Goldmann, L. (1977). *Lukács and Heidegger. Towards a New Philosophy*. Routledge.
- Gonçalves, A. (2002). O delírio da disformidade. O corpo no imaginário grotesco. *Comunicação e Sociedade*, 4, 117–130. [https://doi.org/10.17231/comsoc.4\(2002\).1286](https://doi.org/10.17231/comsoc.4(2002).1286)
- Gonçalves, A. (2007). Vertigens do presente: A dança do barroco na era do Jazz. In A. Mata, A. Gonçalves, Â. Ferreira, & L. S. Pereira (Eds.), *Vertigens do Barroco em Jerónimo Baía e na Actualidade* (pp. 32–39). Mosteiro de São Martinho de Tibães. <https://hdl.handle.net/1822/8695>
- Gradim, A. (2021). O espaço cultural ibérico na ciência. In *Ibero-América: Uma comunidade, duas línguas pluricêntricas* (pp. 121–126). INCM - Imprensa Nacional Casa da Moeda; OEI - Organização de Estados Iberoamericanos.
- Gradim, A., Serra, P., & Piñeiro-Naval, V. (2018). A presença da lusofonia no espaço epistémico das ciências da comunicação: 10 anos de estudos temáticos. *Comunicação e Sociedade*, 34, 183–196. [https://doi.org/10.17231/comsoc.34\(2018\).2943](https://doi.org/10.17231/comsoc.34(2018).2943)
- Gusdorf, G. (1956). *La parole*. Presses Universitaires de France.
- Habermas, J. (1984). *The theory of communicative action* (Vol. 1; T. McCarthy, Trad.). Beacon Press. (Trabalho original publicado em 1981)
- Heitor, M., Quintanilha, A., Sentieiro, J., Rolo, F., & Fiolhais, C. (Eds.). (2015). *Livro negro da avaliação científica em Portugal. Principais comunicados, cartas, crônicas de imprensa e textos sobre a perversão e adulteração do sistema de avaliação científica em Portugal em 2014 e 2015*. <https://in3.dem.ist.utl.pt/Inavaliacao/pdf/Livro-negro-aval-v24ags2015.pdf>
- Hugo, V. (2002). *Do grotesco e do sublime* (C. Berrellini, Trad.). Editora Perspectiva.
- Kayser, W. (2005). *O grotesco*. Editora Perspectiva. (Trabalho original publicado em 1957)
- Lazarsfeld, P. (1970). *Philosophie des sciences sociales*. Gallimard.
- Le Roy Ladurie, E. (1975). *Montaillou, village occitan, de 1294 à 1324*. Gallimard.
- Lévinas, E. (1961). *Totalité et infini*. Martinus Nijhoff.
- Lukacs, György (1974). *L'âme et les formes*. Gallimard.
- Maffesoli, M. (1979). *La conquête du présent*. Presses Universitaires de France.
- Maffesoli, M. (2000). *L'instant éternel. Le retour du tragique dans les sociétés postmodernes*. Denoël.
- Maffesoli, M., & Martins, M. de L. (2012). Ciberculturas. *Revista de Comunicação e Linguagens*, 42, 41–52. <https://hdl.handle.net/1822/23794>

- Maffesoli, M., & Martins, M. L. (Eds.). (2011). L'imaginaire des médias. *Sociétés*, 111.
- Martins, M. de L. (1991). O regime das representações. A linguagem, a verdade e o poder. *Cadernos do Noroeste*, 4, 177–192. CCHS. <https://hdl.handle.net/1822/25362>
- Martins, M. de L. (1994). A verdade e a função de verdade nas ciências sociais. *Cadernos do Noroeste*, 7(2), 5–18. <http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/25385>
- Martins, M. de L. (1997). A escrita que envenena o olhar: Deambulação pelo território fortificado das ciências do homem. In R. Iturra & V. O. Jorge (Eds.), *Recuperar o espanto: O olhar da antropologia* (pp. 168–192). Afrontamento. <https://hdl.handle.net/1822/23860>
- Martins, M. de L. (1998). A análise retórico-argumentativa do discurso. In A. J. Esteves & J. Azevedo (Eds.), *Metodologias qualitativas para as ciências sociais* (pp. 115–132). <https://hdl.handle.net/1822/23862>
- Martins, M. de L. (2002a). *A linguagem, a verdade e o poder – Ensaio de semiótica social*. Fundação Calouste Gulbenkian e Fundação para a Ciência e a Tecnologia. <https://hdl.handle.net/1822/48230>
- Martins, M. de L. (2002b). O trágico como imaginário da era mediática. *Comunicação e Sociedade*, 4, 73–79. NECS. <http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/25340>
- Martins, M. de L. (2002c). O trágico na modernidade. *Interact - Journal online of Arts, Culture and Technologie*, 5. <https://hdl.handle.net/1822/1087>
- Martins, M. de L. (2003). *Ensino superior e melancolia* [Oração de sapiência, XVI aniversário do Instituto Politécnico de Viana do Castelo]. Instituto Politécnico de Viana de Castelo. <http://hdl.handle.net/1822/1288>
- Martins, M. de L. (2007). La nouvelle érotique interactive. *Sociétés*, 96, 21–27. <https://hdl.handle.net/1822/23767>
- Martins, M. de L. (2008). As ciências sociais e a política científica. In A. Torres & L. Baptista (Eds.), *Sociedades contemporâneas. Reflexividade e acção* (pp. 27–29). Afrontamento. <http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/1059>
- Martins, M. de L. (2009). Ce que peuvent les images. Trajet de l'un au multiple. *Les Cahiers Européens de l'Imaginaire*, 1, 158–162. <https://hdl.handle.net/1822/24132>
- Martins, M. de L. (2011a). *Laudatio* (Doctorat Honoris Causa du Professeur Michel Maffesoli). <https://hdl.handle.net/1822/30020>
- Martins, M. de L. (2011b). Média et mélancolie. Le tragique, le baroque et le grotesque. *Sociétés*, 111, 17–25.
- Martins, M. de L. (2011c). Technologie et rêve d'humanité. *Les Cahiers Européens de l'Imaginaire*, 3, 56–61. <https://hdl.handle.net/1822/24245>

- Martins, M. de L. (2011c). *Crise no castelo da cultura – Das estrelas para os ecrãs*. Grácio. <https://hdl.handle.net/1822/29167>
- Martins, M. de L. (2011/2012). Média digitais, hibridez, interactividade, multimodalidade. *Revista de Comunicação e Linguagens*, 43/44, 49–60. <http://hdl.handle.net/1822/25606>
- Martins, M. de L. (2012). A política científica e tecnológica em Portugal e as ciências da comunicação: Prioridades e indecisões. In M. Kunsch & J. Melo (Eds.), *Comunicação ibero-americana: Sistemas midiáticos, diversidade cultural, pesquisa e pós-graduação* (pp. 331–345). Confibercom & Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo. <http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/2393>
- Martins, M. de L. (2013a). O corpo morto: Mitos, ritos, superstições. *Revista Lusófona de Estudos Culturais*, 1, 109–134. <https://doi.org/10.21814/rlec.11>
- Martins, M. de L. (2013b). Interview with Moisés de Lemos Martins. In Z. Pinto-Coelho & A. Carvalho (Eds.), *Academics responding to discourses of crisis in higher education and research* (pp. 61–72). CECS. <http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/29224>
- Martins, M. de L. (2015/2016). Repensar a política científica em Portugal – Sugestões a partir da área de ciências da comunicação. Carta ao Ministro da Ciência e Tecnologia. *Revista Lusófona de Estudos Culturais*, 3(2), 361–365. <https://doi.org/10.21814/rlec.139>
- Martins, M. de L. (2015a). A liberdade académica e os seus inimigos. *Comunicação e Sociedade*, 27, 405–420. [https://doi.org/10.17231/comsoc.27\(2015\).2109](https://doi.org/10.17231/comsoc.27(2015).2109)
- Martins, M. de L. (2015b). Os média na contemporaneidade: Da promessa de emancipação histórica à sua ruína. In I. V. Lopes & M. Ledo (Eds.), *Comunicación, cultura e esferas do poder* (pp. 19–44). Escola de Comunicações e Artes (ECA-USP); Universidade de Santiago de Compostela & Universidade de São Paulo. <https://hdl.handle.net/1822/35292>
- Martins, M. de L. (2015c). Mélancolies de la mode: Le baroque, le grotesque, et le tragique. *Les Cahiers Européens de L'imaginaire*, 7, 114–119. <http://hdl.handle.net/1822/35333>
- Martins, M. de L. (2016). Declinações trágicas, barrocas e grotescas na moda contemporânea. In M. L. Martins, M. L. Correia, P. B. Vaz, & E. Antunes (Eds.), *Figurações da morte nos média e na cultura: Entre o estranho e o familiar* (pp. 187–205). CECS. <https://hdl.handle.net/1822/43358>
- Martins, M. de L. (2017a). A cultura na era da mobilização do humano pela tecnologia – Da universidade das ideias à universidade dos números. In U. Sidoncha & C. Moura (Eds.), *Metamorfoses da cultura* (pp. 157–178). Nova Vega. <http://hdl.handle.net/1822/51035>
- Martins, M. de L. (Ed.). (2017b). *A internacionalização das comunidades lusófonas e ibero-americanas de ciências sociais e humanas - O caso das ciências da comunicação*. Húmus. <https://hdl.handle.net/1822/49365>
- Martins, M. de L. (Ed.). (2017c). *Os postais ilustrados na vida da comunidade*. CECS. <https://hdl.handle.net/1822/45020>

Martins, M. de L. (2018). Communication studies cartography in the Lusophone world. *Media, Culture & Society*, 40(3), 458–463. <https://doi.org/10.1177/0163443717752812>

Martins, M. de L. (2019). Por uma ideia de ciência com memória e pensamento. In S. Leão (Ed.), *Norval Baitello 7.0 – Homenagem ao Professor Norval Baitello Jr. em Seus Setenta Anos* (pp. 304–318). Centro Interdisciplinar de Semiótica da Cultura e da Mídia. <http://hdl.handle.net/1822/62835>

Martins, M. de L. (2020). Em defesa da universidade e em defesa da ciência. In M. Oliveira, H. Machado, J. Sarmiento, & M. C. Ribeiro (Eds.), *Sociedade e crise(s)* (pp. 149–157). UMinho Editora. <https://doi.org/10.21814/uminho.ed.21>

Martins, M. de L. (2021). *Pensar Portugal. A modernidade de um país antigo*. UMinho Editora. <https://doi.org/10.21814/uminho.ed.61>

Martins, M. de L., & Correia, M. L. (Eds.). (2014). *Do post ao postal*. Húmus. <https://hdl.handle.net/1822/35295>

Martins, M. de L., Macedo, I., & Costa, A. (Eds.). (2018). Os estudos lusófonos e as ciências da comunicação. *Comunicação e Sociedade*, 34.

Martins, M. de L., Miranda, J. B., Oliveira, M., & Godinho, J. (Eds.). (2011). *Imagem e pensamento*. Grácio Editor. <https://hdl.handle.net/1822/29165>

Martins, M. de L., & Oliveira, M. (Eds.). (2007). Tecnologia e figurações do humano. *Comunicação e Sociedade*, 12. <http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/29629>

Martins, M. de L., & Oliveira, M. (2013a). Doctorado e investigación sobre comunicación en Portugal: Panorama, retos y oportunidades. *Revista Latinoamericana de Ciencias de la Comunicación*, 10(18), 250–265. <https://hdl.handle.net/1822/29233>

Martins, M. de L. & Oliveira, M. (2013b). Política científica de comunicação em Portugal: desafios e oportunidades para os doutoramentos. In M. M. K. Kunsch (Ed.), *La comunicación en Iberoamérica: políticas científicas y tecnológicas, posgrado y difusión de conocimiento* (pp. 47–101). CIESPAL/Confibercom. <https://hdl.handle.net/1822/49975>

Martins, M. L., Oliveira, M., & Bandeira, M. (2012). O “mundo português” da exposição de 1940 em postais ilustrados: O global numa visão lusocêntrica. *Revista de Comunicação e Linguagens*, 42, 265–278. <https://hdl.handle.net/1822/24149>

Martins, M. de L., Oliveira, M., & Correia, M. L. (2011). Les images numériques s’imaginent l’archaïque - Mettre en perspective les cartes postales. *Sociétés*, 111, 163–177. <https://hdl.handle.net/1822/23808>

Martins, M. de L., Oliveira, M., & Correia, M. L. (2014). La carte postale et la représentation des espaces public et intime. *Degrés: Revue de Synthèse à Orientation Sémiologique*, (156–157), 1–13. <http://hdl.handle.net/1822/41140>

- Martins, M. de L., Sarmento, J., & Costa, A. (Eds.). (2020). Museus, coleções e exposições, coloniais, anticoloniais e pós-coloniais. *Revista Lusófona de Estudos Culturais*, 7(2).
- Mattoso, J., Alvelos, H., Duarte, I., Ferrão, J., Amaral, J. F. de, Lima, L. P., Mesquita, P. E., Perez, R. M., & Koulaidis, V. (2011, 7 de julho). *Ciências sociais e humanidades: Mais excelência, maior impacto. Internacionalização, pluralismo, pluridisciplinaridade, avaliação, disseminação e relação entre as políticas científicas nacional e comunitária*. Conselho Científico de Ciências Sociais e Humanidades – CCCSH; Fundação para a Ciência e a Tecnologia. https://www.fct.pt/conselhos_cientificos/docs/relatorio_intercaliar_cccsh_2011.pdf
- McLuhan, M. (1964). *Understanding media: The extensions of man*. McGraw-Hill.
- Milne, E. (2010). *Letters, postcards, email. Technologies of presence*. Routledge.
- Morin, E. (1962). *L'esprit du temps*. Grasset.
- Morin, E. (1956). *Le cinéma ou l'homme imaginaire*. Éditions de Minuit.
- Moscovici, S. (2000). *Social representations: Explorations in social psychology*. Polity Press.
- Moscovici, S. (2012). *Raison et cultures*. Éditions de l'EHESS.
- Nietzsche, F. (1949). *La naissance de la tragédie*. Gallimard.
- Nussbaum, M. (2010). *Not for profit. Why democracy needs the humanities*. Princeton University Press.
- OberCom. (s.d.). *Estatutos*. <https://obercom.pt/homepage/obercom/estatutos/>
- Perniola, M. (1993). *Do sentir* (A. Guerreiro, Trad.). Editorial Presença. (Trabalho original publicado em 1991)
- Philips, T. (2000). *The postcard century, 2000 cards and their messages*. Thames and Hudson.
- Pianovski, F. (2014). *Análisis histórico del arte correo en latinoamerica* [Tese de doutoramento, Universidade de Barcelona].
- Rabot, J. M. (2011a). Éloge des liaisons techniques. *Sociétés*, 111, 93–104.
- Rabot, J. M. (2011b). A imagem do monstro nas sociedades pós-modernas. In M. L. Martins, J. Godinho, M. Oliveira, & J. B. de Miranda (Eds.), *Imagem e pensamento* (pp. 189–210). Grácio Editor. <http://hdl.handle.net/1822/40201>
- Ràfols, I. & Molas-Gallart, J. (2022). How to reform research evaluation in Spain. Institutional accreditation as a response to the European Agreement on research assessment. *Profesional de la Información*, 31(6). <https://doi.org/10.3145/epi.2022.nov.01>
- RepositóriUM. (s.d.). *Instituto de Ciências Sociais | Institute of Social Sciences : [6279]*. <https://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/41192>
- Resolução do Conselho de Ministros n.º 132/2006. Diário da República, 1.a série – N.º 198 – 13 de Outubro de 2006. (2006). <https://files.dre.pt/1s/2006/10/19800/71897196.pdf>

Rogan, B. (2005). An entangled object: The Picture postcard as souvenir and collectible, exchange and ritual communication. *Cultural Analysis*, 4.

Sarduy, S. (1975). *Barroco*. Seuil.

Serra, P. (2020, novembro). *A política de ciência em Portugal: O défice de transparência e participação*. Newsletter da Sopcom. <https://www.sopcom.pt/Newsletter/202011-Sopcom.html>

Shanghai Ranking. (2021). *2021 global ranking of academic subjects*. <https://www.shanghairanking.com/rankings/gras/2021/RS0507>

Shanghai Ranking. (2022). *2022 global ranking of academic subjects*. <http://www.shanghairanking.com/rankings/gras/2022/RS0507>

Silva, S., & Firmino, T. (2016, 27 de fevereiro). Manuel Heitor: “Vou flexibilizar o emprego científico”. *Público*. <https://www.publico.pt/2016/02/27/ciencia/entrevista/vou-flexibilizar-o-emprego-cient%C3%ADfico-2016-1724572>

Simmel, G. (1981). *Sociologie et épistémologie*. Presses Universitaires de France.

Simmel, G. (1988). *La tragédie de la culture et autres essais*. Editions Rivages.

Sodré, M., & Paiva, R. (2002). *O império do grotesco*. Mauad Editora.

Staff, F. (1966). *The picture postcards and its origins*. Lutterworth Press.

Strauss, A., & Corbin, J. (1990). *Basics of qualitative research. Grounded theory procedures and techniques*. SAGE Publications.

United Nations Development Programme. (s.d). *The SDGs in action*. [https://www.undp.org/sustainable-development-goals#:~:text=The%20Sustainable%20Development%20Goals%20\(SDGs\)%2C%20also%20known%20as%20the,people%20enjoy%20peace%20and%20prosperity](https://www.undp.org/sustainable-development-goals#:~:text=The%20Sustainable%20Development%20Goals%20(SDGs)%2C%20also%20known%20as%20the,people%20enjoy%20peace%20and%20prosperity)

Weber, M. (1983). *Fundamentos da sociologia* (J. R. Parella, E. Ímaz, E. G. Máynez, J. F. Mora, & F. G. Villegas, Trans.). Rés. (Trabalho original publicado em 1921)

Weber, M. (1944). *Economía y sociedad. Esbozo de sociología comprensiva*. Fondo de Cultura Económica.

Weil, P. (1994). *À quoi rêvent les années 90? Les nouveaux imaginaires: Consommation et communication*. Seuil.

Wölfflin, H. (1985). *Renaissance et baroque*. Gérard Monfor. (Trabalho original publicado em 1888)

Woolston, C. (2021, 15 de julho). University drops impact factor - Staff at Utrecht University will be assessed through commitment to open science. *Nature*, 595, 462.